



Sr(a). Conselheiro(a)

Convoco V.S^a. para a **39ª Reunião Plenária Extraordinária, que se realizará no dia: 15/07/2014 – terça-feira às 09 horas.**

A reunião será realizada na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMA
na Rua do Paraíso, 387 – térreo - Paraíso.

PAUTA

Expediente:

- I. Posse dos novos Conselheiros (Titular e Suplente) – Representantes da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - mandato de 2014 - 2016: Sr. MAMERTO GRANJA GARCIA e Sr. HUMBERTO MASSAHIRO HIDESHIMA;
- II. Deliberação sobre Revogação do Texto da Resolução 063/CONFEMA/2012;

Ordem do dia:

- I. Apresentação de proposta de utilização de recursos do FEMA para desapropriação de área pertencente ao Jôquei Clube para implantação do Parque Municipal do Jôquei. Processo nº 2014-0.087.120-0;
- II. Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação Contratual de serviços de Manejo e Conservação do Grupo de Parques Naturais no valor de R\$ 2.085.924,53 (PA nº 2010-0.247.663-8);



- III. Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Cordeiro no valor de R\$ 372.674,19 (PA nº 2013-0.091.791-8);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Luz no valor de R\$ 1.276.061,00 (PA nº 2011-0.272.762-4);
- V. Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação de Contrato de serviços de Vigilância / Segurança Patrimonial Desarmada com Sistema de Monitoramento Eletrônica – Parque da Luz no Valor de R\$ 613.318,18 (PA nº 2011-0.237.857-3);
- VI. Apreciação e Deliberação sobre Prestação de serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Vila Prudente no valor de R\$ 668.158,51 (PA nº 2011-0.297.385-4);
- VII. Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação Contratual de serviços de Manejo e Conservação para os Parques do Grupo Guanhembu, no valor de R\$ 436.036,31 (PA nº 2010-0.194.938-9);

Wanderley Meira do Nascimento

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e
Presidente do Conselho Municipal do Fundo do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – FEMA



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza, queiram tomar assento para darmos início. Lourdes, por gentileza, encoste a porta para nós. Por gentileza, senhores conselheiros e conselheiras, e demais componentes, queiram, por gentileza, deixar os telefones no vibra.

Wanderley Meira do Nascimento: Bom dia a todos. Bom dia a todas. Vamos dar início aqui a essa 39ª reunião, nossa, do CONFEMA. Eu sempre procuro utilizar aqui, deste fórum, para fazer alguns informes, algumas observações em relação ao que está ocorrendo na Secretaria, e de algumas propostas, encaminhamentos de projetos etc. Vocês todos devem ter ouvido, de alguma maneira, na imprensa, ultimamente, essa questão de cortes de árvores na cidade de São Paulo. Assim que saiu a primeira lá, com o Nando Reis, eu tive oportunidade até de fazer uma ligação pessoal para ele, conversei bastante sobre o assunto, e sabia que ia dar um efeito dominó, com certeza. E foi o que ocorreu. E está ocorrendo cada vez mais. Essas denúncias, enfim. E culmina com uma entrevista minha, que foi ontem, na Globo, que também eu sabia que não ia publicar tudo que eu disse, porque a imprensa é assim mesmo. Eu não tinha nenhuma dúvida disso. Então saiu uma observação minha muito genérica que foi, talvez, um décimo do que eu falei. Evidentemente que o mais importante que eu falei não saiu. Isso é óbvio. Mas enfim, com base no que eu venho falando já há algum tempo, se utilizando desse fórum, o que eu quero dizer para vocês é que estas denúncias, e o que eu tenho falado na imprensa, é que ela deva ser potencializada. Então se vocês... a princípio, podem olhar... Bom, o Secretário está enlouquecido, ele está fazendo o processo inverso. Falei: não, é assim mesmo que eu entendo. Eu acho que deva ser potencializada. Eu acho que a sociedade e a população, como um todo, se ela não participar de forma efetiva da fiscalização, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Acho que o munícipe é o nosso principal fiscal. O que eu coloquei, a Secretaria para trabalhar, é que a gente deva ser mais transparente possível nessas ações. Então eu pensei, em um primeiro momento, que todos os processos de TCA, que envolvem corte de árvore, eles devem ser passados... não precisa, necessariamente, passar o processo como um todo, mas a síntese de cada processo, deva estar em todos os CADES. Para iniciar um processo, primeiro, aí, de transparência. Para que o CADES seja um multiplicador dessa informação. Isso é o primeiro passo. O segundo passo é que o próprio CADES e as próprias diretorias envolvidas, viu, Edmundo, seja o DGD, seja o DECONT, seja o DEPAVE 4, seja a CCA, que criem uma forma de divulgação mais transparente ainda. Ou seja, mais aberta ainda, que não seja só o DGD. Acho que essa é a forma que nós vamos garantir essa questão tão delicada para a cidade, que é o corte de árvores. Não foi por mérito, digo, isso não é mérito, mas "ainda bem" que todas as denúncias, nenhuma foi de forma clandestina. Todos estavam regularizados. E isso não é uma coisa boa, não. Eu acho. Não é uma coisa boa. Elas estão regularizadas, contudo a população entende que está errado. E se ela entende que está errado, então nós vamos ter que rediscutir essa questão na cidade. Vai ter que envolver o Ministério Público, porque o TCA tem este problema, de fazer essa transformação em obra. Porque o Ministério Público entende que não deve ser feito assim. Eu sei que no passado, essa Secretaria, ela fez vários TCAs que envolviam projetos e implantação do projeto, obra. Vou dar um exemplo: se você tem uma árvore em um passeio de dois metros, se você tem uma árvore de um metro, 1,5m de diâmetro, você tem que optar, ou árvore ou pedestre. As duas coisas



não cabem no espaço. Mas você pode fazer um desvio disso no passeio, se utilizar de uma zona azul, e manter aquela árvore ali, sem precisar cortar. Isso é uma alternativa. Contudo, o Ministério Público não entende assim. Ele entende que a moeda de troca é a muda. É a árvore. Então acho que isso é um bom ponto de pauta. Eu acho que isso dá uma boa discussão para a cidade de forma democrática e participativa. Nós vamos chegar a uma solução. E aí, eu passei essa informação para o CADES ali da região do Pinheiros, porque foi o primeiro que veio discutir sobre o assunto. Eu me propus também, a ajudar a organizar um grande seminário na cidade de São Paulo, um debate, com esse tema. Que a partir daí, desse debate, nós vamos ter uma série de ações, grupos de trabalho, para tomar algumas medidas para gente do poder judiciário, para gente do legislativo, porque também carece de mudanças, se for o caso, na legislação. Mas também, não podemos ficar com complexo de gravata, que eu coloquei isso também para a imprensa, e ela não publicou. Isso também não é mérito. A cidade de São Paulo, ela tem muito mais verde do que Nova Iorque. Então fica essa história boba de vez em quando, Nova Iorque, Europa... Porque São Paulo é a pior cidade do planeta. Não é bem assim. Então vamos, também, fazer as comparações, mas um pouco mais justas. A cidade de São Paulo têm muito mais áreas, sim, do que Nova Iorque. Contudo, a cidade precisa melhorar, e muito. Agora, também é importante frisar que para plantar árvores na cidade de São Paulo, em alguns lugares, é quase que impossível, todo mundo sabe disso. A traquitanda que tem de coisas soterradas no passeio, é um negócio assustador. E cada vez que você acha um local, falam lá, que interessante, vamos fazer um corredor. Não. Não pode. Passa isso, passa aquilo, cabo não sei do quê. A, B, C, D, E, F, tal. Contudo, eu acho que tem, sim, área. Também isso não é justificativa para não plantar árvore na cidade de São Paulo. Eu acho que um dos espaços para isso são as áreas de amortecimento, ali, entre as APAs e a malha urbana. Tem muita área para ser plantada. Sobre tudo, na Cantareira, ao norte, e no Capivari Monos, ali, Bororé, ao sul. Têm muita área sim. E a gente deva fazer uma ação muito rápida. Eu costumo dizer que a gente deve fazer o contrário. A gente tem que fazer uma ocupação ao contrário. Uma ocupação verde da malha urbana. Para que ela chegue, mas não o contrário. E tem muita área para fazer isso. Em relação... Vou ser rápido, só para vocês entenderem o que está acontecendo na Secretaria. Naquele projeto lá de coleta seletiva e educação ambiental, o grupo de trabalho está bastante adiantado. A gente está com a expectativa que saia o primeiro lote de piloto para esse assunto, ainda esse ano. O piloto será em torno da central de triagem que foi inaugurada em junho. Por razões óbvias e por questão de logística. Para que a criança entenda o que ela está coletando e para onde vai. Vai para a central de triagem, e isso daqui também, educação ambiental, que ela vai até a central ver como é que processa, como é que seleciona os materiais etc. Um segundo piloto seria em torno da segunda central. Que vai ser inaugurada agora. Amanhã. Esse seria o segundo piloto. O terceiro vai ser um pouco mais complicado, mais complexo, mas nós vamos perseguir isso. Então o terceiro piloto seria envolver as cooperativas, envolver os catadores no local de agrupamento de escolas. Então esse é um pouco mais trabalhoso. Mas nós vamos chegar lá. Mas, de qualquer maneira, a gente vai startar esse processo ainda esse ano, nesse piloto aí, da primeira central. O projeto Cinema no Parque, que também foi uma reivindicação da maioria, e dos Conselhos Gestores para se dar uma atividade a mais, criar atividades para os Parques, que alguns estão, sim, sendo tomados pelo tráfico, e



alguns, pelo tráfico organizado. É pior. Então a gente inicia, eu diria que essa semana, no mais tardar, a outra. Assim, o equipamento está pronto. Faltam alguns ajustes, só. E a gente inicia o projeto Cinema no Parque sem ser essa semana, no mais tardar a outra. Por enquanto é isso, e eu sempre... desculpa, mas eu peço sempre uns 5, 10 minutinhos para informar o que está acontecendo na Secretaria. É um bom trabalho aí para todos nós. Eu espero que a gente saia daqui com uns consensos, aqui, mais uma vez, nesse importante fórum. Obrigado a todos, e bom trabalho.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Dando continuidade à pauta, o expediente, eu gostaria que... têm duas inclusões. E se tiver mais alguma inclusão, daqui a pouco eu vou abrir a palavra aos senhores conselheiros e conselheiras. Expediente: posse dos novos Conselheiros Titular e Suplente, representantes da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, mandato 2014-2016, senhor Marmerto Granja Garcia e senhor Humberto Massajiro Hideshima. Aqui presente, o Marmerto, que eu peço uma salva de palmas, e que seja bem-vindo. E damos a posse. O segundo item que nós incluímos como pauta para hoje, é a deliberação sobre a revogação do texto da resolução 063/CONFEMA/2012. Algum conselheiro ou conselheira tem mais algum item para ser acrescentado à pauta? Por favor, Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes: Não é propriamente acrescentar, Luis. Mas eu queria ressaltar que esse segundo item não estava na pauta que a gente recebeu. Deliberação sobre revogação do texto. Porque eu sempre tenho que sair cedo, eu pediria que esse item fosse incluído na ordem do dia, para ser tratado em primeiro lugar.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Ele não estava, porque nós estávamos dependendo da determinação do Departamento Jurídico, da Procuradoria Jurídica da Secretaria, e só veio ontem à tarde. Por isso que ele foi pedido inclusão para hoje.

Cons. Cristina Antunes: Podemos fazer a inversão? Colocar esse em primeiro lugar, na ordem do dia?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Senhores conselheiros e conselheiras, querem se manifestar? Bianca.

Cons. Bianca: A gente tem aí algumas discussões para fazer. Eu acho que existem outras prioridades. Então eu acho que o ideal seria a gente manter essa ordem. Ou se a gente pudesse realocar ele para a semana que vem, para contemplar a Conselheira. Seria uma das duas opções.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vamos ouvir todos os Conselheiros, por gentileza.

Cons. Sônia: Sônia, do Morro do Querosene. Eu ia sugerir para transferir para a reunião ordinária da semana que vem. Inclusive porque eu queria falar: a gente trouxe aqui a representação da comunidade que está envolvida com a questão do



Parque do Jóquei, então eu pediria que se mantivesse a ordem, e se transferisse para a reunião ordinária da semana que vem.

Cons. não identificado: Eu também concordo. Sou por manter a ordem e transferir isso para a próxima semana.

Cons. Alessandro Azoni: Alessandro Azoni, do CADES. Também concordo com a nossa colega Sônia, de manter para a semana que vem e manter a ordem do dia.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Eu acho ótima a sugestão. Até porque isso nos dá tempo de estudar essa resolução, e ver qual seria o impacto da revogação. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Então são 5 conselheiros pedindo que fosse transferido para a próxima reunião. O senhor também? Então, por unanimidade, passará para a próxima reunião ordinária. Vamos à ordem do dia: Cláudio.

Cláudio: Cláudio do Nascimento, FEMA. Então vamos à ordem do dia. Apresentação da proposta de utilização do recurso do FEMA para desapropriação da área pertencente ao Jóquei Clube para implantação do Parque Municipal do Jóquei. Processo é 2014.0.087.120-0. Vou fazer a leitura do parecer técnico. A proposta: a implantação do Parque Municipal Chácara do Jóquei. Resumo: a presente proposta apresentada por DESAP, visa desapropriar uma área localizada à Rua Santa Eufrásia com a Rua Santa Crescência, com a Avenida Francisco Morato e Avenida Monsenhor Leite, e Avenida Pirajussara, para implantação do parque municipal Chácara do Jóquei, referente ao processo número 2014.0.087.120-0, utilizando um recurso da dotação do FEMA. Proponente é a DESAP. A área: 151.038,53 metros quadrados. O DUP número 55.028/2014. Valor da avaliação administrativa por DESAP: R\$ 63.915.332,57. Análise e avaliação da proposta: item 1. A presente desapropriação faz parte da área que formará o futuro Parque Municipal do Jóquei, que faz parte das prioridades da prefeitura municipal de São Paulo, em relação à criação de novos parques. Sua relevância se dá, tendo em vista a importância do patrimônio ambiental e o histórico da instalação para o município de São Paulo. Parecer de DEPLAN, às páginas de 2 a 4, mostra que essa área é parte importante do futuro parque, tem significância estratégica para a sua criação. Item 2. Análise econômica e orçamentária da proposta: por tratar-se de uma desapropriação foi elaborado um laudo de avaliação administrativa para instrução da ação desapropriatória por DESAP, que se encontra anexada de páginas de 36 a 245 desse processo. O valor resultante da avaliação em 17/6/2014 foi de R\$ 63.915.332,57, que poderão ser utilizados para concretização da presente proposta. No Diário Oficial da cidade de São Paulo, em 30/6/2014, sob folhas número 250, consta a abertura de crédito adicional suplementar, no valor equivalente à proposta, por meio do decreto 55.253, de 27/6/2014, que segue juntado ao presente relatório, destacando que a origem dos recursos refere-se à anulação de recursos do tesouro, fonte 00. Sendo que o crédito adicional foi disponibilizado da fonte 00, tesouro municipal. Portanto, os recursos do FEMA ainda não estavam sendo onerados nessa operação. Entretanto, em folhas de 252 a 253, segue juntado a folha de



informação número 2160/2014 - CGO, ressaltando que a suplementação só foi possível por intermédio do projeto específico alocado no recurso do FEMA, fonte 00, que é a excepcionalidade do presente procedimento, que deverá ser cientificado ao respectivo Conselho quanto às providências adotadas. Em folhas 254 consta a autorização de transferência de recursos, no montante de R\$ 63.915.332,57, da dotação 94.10.18.541.3020.7136.44.90.61.00.00, implantação de parques e unidades de conservação à Secretaria de Negócios Jurídicos, DESAP, 2110, visando a desapropriação de imóvel para implantação do Parque Municipal Chácara do Jóquei. Porém, conforme manifestação de SVMA no processo 2014.175.653-7, a folhas 9, foram solicitadas providências visando a abertura desse crédito adicional suplementar na dotação orçamentária 94.10.18.541.3020.7136.44.90.61.00.08, implantação de parques e unidades de conservação. Reiteramos ainda que a coordenadoria de orçamento de SEMPLA, sob folhas 16 do PA 2014-0.175.653-7, colabora com a alteração acima mencionada, sob folhas 256 a 260. Estão encartados documentos onde o município de São Paulo propõe ação de desapropriação junto ao Jóquei Clube de São Paulo, proprietária da área, conforme matrícula 164.21 do 18º Cartório de Registro de Imóvel atribuindo o valor da causa em R\$ 63.915,332,57. O protocolo de intenções que entre si celebram o Município de São Paulo e o Jóquei Clube de São Paulo sob folhas 304 a 314, onde a prefeitura municipal de São Paulo proceda a quitação dos débitos tributários até o limite de 80% do valor fixado a título de avaliação provisória do imóvel. Serão quitados débitos licitados nos dois anexos. No protocolo sob folhas 307, total de R\$ 79.273.448,21. E às folhas 314, de R\$ 53.470.733,84. E os débitos vincendo de R\$ 506.441,35. Primeiramente, as parcelas vencidas, e as vincendo de parcelamento administrativo em andamento. Em despacho de folhas 479/2014, DESAP/PGM autorizou a nota de empenho, no valor de R\$ 63.915.332,57, em nome do Jóquei Clube de São Paulo, encartado sob folhas 319 a 320. Segue juntada a ata da 8ª reunião do DEPAVE-4 DPAA, de 10/07/2014, sob folhas 322, onde no item 2, processo administrativo 2014-0175.653-7 o colegiado da Câmara de Compensação aprova a aquisição da área para implantação do Parque do Jóquei Clube, com recurso proveniente da dotação ambiental, TCA-FEMA. Item 3. Enquadramento nas diretrizes, objetivos e princípios da política do meio ambiente do Sistema Nacional do Meio Ambiente, SISNAMA, na legislação ambiental vigente, bem como nas diretrizes, prioridades, programas de alocação de recursos estabelecidas pelo CADES. A proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES, em especial quanto ao artigo 57 da Lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, SVMA, que determina, por meio da resolução 165/CADES/2014, que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se, precipuamente, a apoiar, entre outros, a expansão, manejo e conservação de áreas verdes, e parques urbanos lineares. Conclusão: dessa forma, a CAV não identifica óbice ao prosseguimento da presente proposta. Assina a Comissão de Avaliação Técnica.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só fazendo uma correção na folha 2, quando se fala FEMA, fonte 08. Foi lido 00. É 08. Algum Conselheiro deseja usar a palavra? Sônia.



Cons. Sônia: Na pauta estava escrito que haveria uma apresentação da proposta. Haverá alguma apresentação da proposta, ou a gente... a partir do parecer, a gente questiona dúvidas sobre o processo?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu acho que houve um erro de petição. Aqui, normalmente a gente põe apresentação da proposta, e é do parecer técnico, o processo está à disposição.

Cons. Sônia: Eu tenho duas dúvidas iniciais aqui. A primeira é quanto ao valor resultante da avaliação em 17/6/2014, que aqui no parecer está com o valor de R\$ 63.915.000,00, e o valor total da área que está avaliado, pelo que eu entendi, não é esse. Então eu gostaria de esclarecer o valor total da avaliação do terreno. E a outra pergunta que eu quero fazer é sobre a transferência da dotação orçamentária que está sendo retirada de uma dotação da Secretaria de Habitação, que é do Programa de Mananciais da Guarapiranga, pelo que eu entendi, e transferida para o FEMA. Como a gente sabe que a região da Guarapiranga é uma região muito carente, a gente gostaria, inclusive, em nome da comunidade que está recebendo esse parque, esclarecer essa transferência. Porque realmente, é um valor muito alto. Tanto da avaliação total, que eu gostaria que fosse esclarecida, como a da transferência. E a gente realmente fica com receio de estar prejudicando uma área que é muito carente. Então eu gostaria de ter esses dois esclarecimentos. Obrigada. É Sônia, do Morro do Querosene.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Certo. Vamos ver todas as dúvidas. A gente fala. Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Cristina Antunes, da SAJAP. Eu, na verdade, Luis, tenho muitas dúvidas com relação a tudo isso. Em primeiro lugar, uma dúvida administrativa. Nós tínhamos recebido, na semana anterior, a mesma convocação, esse mesmo parecer técnico, assinado por outra comissão. Por que mudou a comissão que avaliou este documento que a gente recebeu agora? Nenhum dos membros da comissão anterior, que assinou o parecer anterior está nessa segunda. E foi feito em uma semana. Bom, essa é uma primeira questão. Eu tenho muitas outras questões, e eu devo dizer que me preocupou muitíssimo esse parecer, e por esse motivo, eu fui atrás de informações. Conversei com muitas pessoas, e a primeira questão que salta aos olhos, é assim: o Jóquei Clube é devedor ao município. E ao estado, e à federação. E por que tem que desapropriar uma área que já poderia ter sido expropriada, sem custo nenhum para o município. Eu entrei em contato com o gabinete do André Matarazzo, porque há pouco tempo saiu no jornal uma matéria dele, defendendo a utilização dessa área para Parque, que todos nós defendemos. Só que a posição dele era assim: esta área deve ser parque, até porque ela já deveria pertencer à prefeitura, por conta das dívidas do Jóquei Clube. Então, primeira grande questão: por que tem que desapropriar uma área que já deveria ser pública? Então precisaria saber, eu acho que faltam muitas informações para a gente poder votar isso aqui. Em que situação estão as dívidas do Jóquei Clube? Já pagaram? Já foi feito acordo? O acordo está sendo cumprido? Como é que está essa situação? Porque não tem o menor sentido a gente botar dinheiro para quebrar o galho do Jóquei Clube. Eles querem se livrar dessa área. Tem outra informação, Luis... Na verdade, todas as questões que eu estou colocando são



dúvidas para as quais eu preciso de esclarecimento. Consta que já foi feita uma desapropriação de parte dessa área para apresentação de uma creche de uma EMEI. E eu queria saber então, como é que está isso. Porque não existe nem a creche nem a EMEI até onde me informaram. E se tem dinheiro para fazer a creche e a EMEI. Porque também não adianta desapropriar para não fazer nada. A segunda pergunta remete à primeira. Todos os parques da prefeitura estão suspensos. Os novos parques estão suspensos, alegadamente, porque não têm condição de fazer manutenção. Faz sentido desapropriar, ainda que fosse o caso, eu vou deixar bem marcada a primeira questão, que eu acho que essa área é pública. Não tem que botar dinheiro nenhum nela. Ainda que fosse isso, faria sentido desapropriar uma área para botar um parque, quando nenhum dos outros parques tem dinheiro nem para a manutenção? Nós temos parques com áreas fechadas, porque não tem dinheiro para a vigilância. E o argumento aqui, da própria Secretaria, é que não vamos abrir parques porque a prefeitura não tem dinheiro nem para instalar. Nem para manter, muito menos para instalar. Então seria mais uma área que ia ficar lá. Se é que houve essa desapropriação de creche e de EMEI, que área que sobrou para o Parque? A Sônia questionou aqui, qual é a área de parque que a gente está falando? Outra questão diz respeito ao metrô. Houve uma apresentação da Linha 4, em que uma das telas mostrava a estação Jóquei Clube nesse terreno. Então já haveria uma intenção do metrô... estou colocando tudo no condicional, porque realmente são informações que a gente precisa aferir. Já haveria uma intenção do metrô, de usar essa área para fazer estação. Isso seria uma desapropriação que, em princípio, aí sim, supondo que isso já é da prefeitura, o metrô ia comprar essa área da prefeitura para fazer a instalação da estação Jóquei Clube. Onde eles pretendem botar, além da estação, um shopping. Essa apresentação foi feita na presença de um promotor do Ministério Público. Portanto, não é nada assim, tirado da cartola, para enfeitar a Linha 4. A gente precisaria ter essa informação. Qual é a intenção do metrô com relação ao uso de uma mesma área. Nós já temos 3 usos diferentes para a mesma área. Uma EMEI, uma creche, o parque e uma estação do metrô, mais um shopping. A outra questão, eu concordo com a Sônia. Tirar dinheiro da habitação para desapropriar uma área onde a gente sabe que a Secretaria não tem dinheiro para instalar o parque, parece um critério meio questionável. Até porque um dos principais motes, até do Plano Diretor Estratégico, é moradia. Especificamente na área de mananciais, nós estamos em uma Secretaria de Meio Ambiente, que tem que se ater à legislação municipal, estadual e federal, parece realmente, um critério de gestão meio questionável, tirar dinheiro da habitação para desapropriar uma área que, voltando atrás, já deveria ser nossa. Tecnicamente, deveria ser pública. Essa questão do (incompreensível) já foi... consta também em um dossiê, foi a informação que eu recebi também, que essa área já foi... eu vou botar entre aspas, “detonada”. Ela, originalmente, haveria árvores nessa área, e que já foram retiradas, uma parte delas. Não sei dizer. E se foi esse o caso, eu pediria a informação sobre as licenças ambientais. Isso que o Secretário falou logo de início, sobre essa questão do corte de árvores. Isso daqui é só mais um caso, como esse do Nando, é mais um caso. O problema não é só a divulgação, Secretário. O problema é a fiscalização. Então quando o senhor fala de mandar para os CADES para fazer divulgação, eu acho que a gente tem que ir além. A gente tem que atribuir a algum órgão que tenha estrutura de pessoal, estrutura material, estrutura financeira, para fazer essa fiscalização. E quanto às licenças que são emitidas,



aquela área riquíssima em vegetação, ao lado do Panambi, tem licença ambiental para detonar. Uma área na várzea do Rio Pinheiros, e a gente pediria que isso daqui então, nessa postura que o senhor colocou da Secretaria, que isso seja reconsiderado. Porque a perda de vegetação na cidade é, como o senhor falou, para edificar. Então além de perder vegetação, a gente perde a permeabilidade, e perde os serviços ambientais todos, que essa vegetação produz. Acho que a comparação com Nova Iorque, desculpe, não é feliz. Nova Iorque é uma ilha, é uma área assim, incomparável em termos da grandeza, de extensão da área de São Paulo. Outro dia saiu um ranking de cidades verdes, Sorocaba é a cidade mais verde de São Paulo. E São Paulo está lá no fim da fila. E com o novo Plano Diretor, que vai permitir o adensamento ao longo dos corredores, e muitos dos corredores estão em várzeas, em fundos de vale, onde já foram canalizados os córregos. A gente pode bem imaginar qual vai ser a consequência em termos ambientais, em termos de enchentes, em termos de perda de permeabilidade, com relação a essa proposta. De resto, Luis, eu tenho uma enorme dificuldade para entender alguns trechos desse parecer. Eu posso ser muito desagradável. Sei que vou ser desagradável, mas o parecer está muito mal redigido. Muito mal redigido. Com erros, não só de concordância, básicos, mas de frases truncadas. Dá a impressão, outra vez foi feito um recorte, cola e tira daqui põe ali, mas saiu... Realmente têm frases que não têm verbo. E eu falo... Sei que é desagradável colocar isso, mas acho que é importante que esses pareceres passem por uma revisão para as pessoas poderem entender mais claramente. Não é o problema do erro da leitura, ali, de fonte 08. Os dois códigos aqui da dotação, que aparentemente deveriam fazer referência a coisas diferentes, são exatamente os mesmos. É uma repetição. É uma redundância. Não muda nada. Apesar de ter um porém no começo da frase. Então o outro, que fala do protocolo de intenções entre o município e o Jockey, essa frase também não faz sentido. Onde a prefeitura proceda a quitação de débitos tributários até o limite de 80%. Essa frase aqui está completamente truncada. A frase seguinte também não tem clareza nenhuma. Para a gente aqui, neste Conselho, entender. Eu acho que isso daqui demandaria uma leitura do processo todo para a gente poder entender. Faz referência a alguns documentos juntados, que a gente não conhece. Inclusive o decreto. Faz referência a um... tem uma ata de reunião, tem um despacho da PGM, e a gente não tem essas informações. Então para a gente poder votar isso daqui com alguma responsabilidade, a gente teria que ter todos esses esclarecimentos que eu solicitei, e fazer uma vista desse processo. Fazer uma leitura cuidadosa desse processo. Eu acho que têm uma série de vícios que a gente teria que esclarecer. E por fim, a semana passada saiu... eu sei que eu tenho questionado isso muitas vezes, mas saiu uma questão aqui... um juiz suspendendo um contrato da prefeitura com a Cracolândia, e a Secretaria de Saúde justificando que isso daqui, esse contrato, passou pela PGM. Está contestado pelo judiciário. Então o fato de ter aqui, mais uma vez, um despacho da PGM autorizando a emissão da nota de empenho, me coloca uma enorme insegurança em termos de... eu não vou dizer legitimidade. Em termos de correção do ato. Como eu questiono, aliás, todos os outros processos que a gente tem aprovado em cima de parecer da PGM, a despeito do parecer contrário aqui, do próprio jurídico desta Secretaria. Bom, com tudo isso, eu entendo que a gente não tem a menor possibilidade de votar esse processo hoje. Têm questões de fundo que têm que ser esclarecidas. Então eu peço que isso daqui seja adiado para a gente ter tempo para fazer vistas a esse processo,



para a gente não cometer uma leviandade de deixar passar pelo interesse, aliás, todos temos interesse no parque, mas nós podemos estar, simplesmente, dando de mão-beijada uma área que no limite vai ser usada para outro fim. O que me preocupa por trás de tudo isso, é que a gente sabe que a Secretaria não tem condição de instalar parque nenhum. Então, o apelo do parque pode, de repente, jogar uma nuvem de fumaça na frente de um monte de outros problemas que têm que ser esclarecidos. Dúvidas que têm que ser esclarecidas. Então a minha sugestão, a minha proposta, a minha solicitação ao conselho é que, também esta questão, fique adiada para uma próxima reunião, dando tempo para que a gente faça vistas a esse processo, e possa julgar com mais segurança, uma questão que é tão importante, e um valor tão elevado, que vai onerar este Fundo. Vai onerar o Fundo da Habitação. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu entendo a posição da Cristina, a nossa conselheira, porém, nós mandamos com antecedência a pauta, e o processo fica sempre à disposição para vista do conselheiro que quiser vir até a Secretaria. Porque não tem como a responsabilidade de um processo desse, você xerocar tudo, ou digitalizar e mandar por e-mail. O processo está aqui. Vamos às indagações sobre desapropriação. A Maria Rosa...

Cons. Alessandro Azoni: Deixa eu...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Ah, pois não. Fale, Conselheiro.

Cons. Alessandro Azoni: Alessandro Azoni, do CADES. A semana passada eu estive aqui, estive conversando. A gente discutiu bem sobre isso. As minhas dúvidas, eu tirei tudo naquela reunião que foi desmarcada. Eu acabei vindo. Nós conversamos. Analisei bastante, eu cheguei às minhas conclusões. Então realmente fazendo claras as suas palavras.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mais algum Conselheiro, antes de passar para as respostas das questões? Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes: Desculpe. Nós recebemos esse parecer na semana passada. Uma semana que tinha feriado. Uma época completamente atípica, e é um processo enorme. A gente não teria condição de vir aqui para ver com cuidado. E mais, isso daqui depende de outras informações. A gente precisa de informações do metrô para saber em que situação que está esse interesse deles nessa área. A gente precisa entender ou consultar o Fundo da Habitação, para saber qual é o impacto que essa transferência de recursos terá ou teria para... (incompreensível) desse parque. Não basta isso...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Desculpe interrompê-la, mas nós vamos dar resposta, já, já, sobre o numerário e da onde vem. Por gentileza...

Orador não identificado: Deixa eu só dar um esclarecimento, dando sequência à Cristina Antunes.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não.



Orador não identificado: A Comissão que avaliou... Você teve duas avaliações: a primeira avaliação, quando você coloca que há um erro aqui na dotação, não há um erro na dotação. Depois SEMPLA ou a Secretaria de Finanças pode esclarecer. O final da dotação é diferente. Um final é 00, e o outro final é 08. Então é uma das coisas. A comissão que avaliou esse segundo... teve a segunda avaliação que foi lida, ela foi a comissão de TCAs. Por isso que tem outra aprovação. São duas comissões. Geralmente, a comissão que faz, a CAV que faz o relatório dos processos de manejo e segurança, vigilância, é um. Esse aqui é outra comissão. São comissões distintas. Então você teve o relatório, é o relatório de outra comissão. E a dotação, ela está correta. Alguns trechos que você fala que não tem interlocução ou que falta verbo, ele foi copiado de dentro do processo. Então não teria como mudar o que está escrito lá, da intenção do protocolo que foi firmado. A gente não poderia até colocar outras coisas, e os técnicos não quiseram colocar. Foi repetido o que estava no relatório.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Maria Rosa, por gentileza.

Cons. Maria Rosa: Bom dia. Maria Rosa, do Departamento de Planejamento Ambiental, DEPLAN. Eu gostaria de esclarecer sobre a desapropriação. Independente qualquer desapropriação. Desapropriação é de uma área particular. Independente se ela está devendo ou não, tem que ser feito uma valoração para aquele imóvel. Então não é porque está devendo X, que vou tomar o imóvel da pessoa. Tem que ter o critério, as normas, para ser avaliado aquele imóvel. Então foi avaliado esse imóvel, por DESAP. É pela ITBI, que DESAP usa e tem um valor concreto. Então não fugimos nada no valor. E isso daqui, com relação ao que você falou, Cristina, da parte da educação, o primeiro decreto era em conjunto e isso não pode ser. Porque a verba da SVMA e a verba da educação não pode ser para a área total. Tem que ser separado. Então você diz a área da Chácara do Jóquei é 151 mil... está escrito aqui. 151.038,53 metros quadrados. E o Jóquei deve para o município, deve. Mas nós não podemos chegar lá e falar eu quero essa área para implantação do parque, e ela é do município. Então tem uma avaliação. Era isso que eu queria deixar bem claro, que nós não podemos chegar... se você deve alguma coisa de imposto, ou alguma coisa da sua casa, o poder municipal chega lá e pega sua casa? Não. Tem que ser avaliado conforme as normas, tem um procedimento disso. É isso que eu gostaria de esclarecer.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado, Maria Rosa. SEMPLA, com a palavra.

Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. A Maria Rosa me contemplou em várias partes. Muito obrigada, Maria Rosa. Eu queria falar em relação à transferência de dinheiro dos mananciais. Que isso é um procedimento orçamentário. Quando a gente fala que a gente está alocando dinheiro em uma dotação da Secretaria de Mananciais, é para a gente conseguir alocar esse dinheiro em algum lugar. Em algum espaço dentro do orçamento. Então esse dinheiro não foi tirado dos mananciais. Ele foi feito uma suplementação, um crédito adicional, para colocar dinheiro lá, para fazer o decreto, para a gente conseguir fazer o empenho, não perder a compra. E aí a gente vai cancelar esse empenho. Até dando um exemplo, o Azoni veio aqui há um tempo atrás para conversar com vocês. A Sônia também me ligou para tirar várias dúvidas.



Então assim, em relação a tirar as dúvidas, eu acho vai do interesse do Conselheiro, de a gente conseguir esclarecer algumas dúvidas. Inclusive, eu defendo que seja votado hoje. Então é isso, assim... a gente não está tirando dinheiro de lá. A gente colocou dinheiro nessa dotação, porque a gente precisava de uma dotação para conseguir empenhar na 00. E a gente colocou lá. Mas era um crédito adicional. Era um dinheiro, na verdade, que os mananciais não tinham. A gente colocou esse dinheiro lá, e agora a gente vai cancelar para conseguir colocar na dotação do FEMA, da fonte 08.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só um minutinho só. Só para responder, para dar continuidade. Deixa a Bianca, depois passo para a SF, aí volto para você.

Cons. Bianca: Em relação a dinheiro da vigilância e manejo da Secretaria, está sendo discutido com a Secretaria de Planejamento, com a Secretaria do Verde, isso tem sido muito discutido no (incompreensível). Isso vai ser resolvido para o orçamento do ano que vem. Então isso é um problema, mas já está sendo resolvido. Estão em andamento várias discussões. A gente teve reunião com uma diversidade de Secretários. E está sendo encaminhado. A gente não pode deixar de fazer investimentos, principalmente específicos, e prioritários, por causa de um problema que já está em discussão há um longo tempo. A gente não pode parar os nossos trabalhos. A área do parque é essa mesmo. A Linha 4, em relação ao metrô, não tem nada formalizado. Na verdade, não é a gente que tem que procurar o metrô. O metrô que tem que procurar a gente. É uma ordem inversa de interesses. Não existe nenhum contato, então a gente não pode ser baseado em premissas que não são concretas. Então não está sendo tirado dinheiro. Em relação às enchentes, permeabilidade, de atrapalhar área de moradia, essa preocupação, ela é principalmente tratada pela SMDU. A SMDU está realizando estudo de bacias. As bacias de São Paulo nunca foram estudadas. Nosso problema de enchente, na verdade, não é problema... Não é porque a gente faz moradia em lugar irregular, é um problema muito maior. De uma complexidade muito maior. E a SMDU, que é a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, está fazendo um estudo muito interessante sobre isso, que vai tentar ir à raiz do problema, ao invés de remediar em lugares específicos. E eu queria colocar uma questão. Eu queria frisar muito a palavra potencial, que esse investimento, ele tem o potencial de geração de recursos. Potencial. Não que isso vá acontecer. Então ele é interessante de diversas maneiras. É uma grande oportunidade para a cidade de São Paulo. Acho que perder essa oportunidade é um grande erro.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Secretaria de Finanças, Marmerto. Marmerto, como é a sua primeira vez, tem que dizer o nome e a Secretaria a que você pertence, porque é gravado, está bom?

Cons. Marmerto: Obrigado. Eu faço as minhas palavras, da Maria Rosa. A questão da desapropriação com relação à dívida tributária, não é assim. Ela tem todo um procedimento legal. Inclusive, o fato do Jóquei dever não significa que ele não possa entrar em um acordo legalmente, através de um parcelamento, um acordo na PGM. Só que isso seria moroso. Levaria anos para fazer um acordo, até dez anos. E aí, eu acho que é uma questão de oportunidade. Você tem aí a possibilidade de fazer um acordo junto ao Jóquei, de forma que a prefeitura fique com esse terreno, com esse



parque, e ao mesmo tempo, seja quitada a dívida tributária imediatamente. Então acho que na questão financeira, envolvida pelo negócio, eu acho que é totalmente oportuno.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Sônia.

Cons. Sônia: Eu gostaria de pedir para que seja melhor explicado, porque eu não entendi na fala da Bianca. E mesmo na fala do Marmerto, sobre essa questão de ser uma boa oportunidade financeira, e de geração de recurso. Não entendi. E com relação ao cancelamento do crédito adicional dos mananciais que foi transferido para a rubrica do FEMA. Que também não consegui entender como é que é esse mecanismo orçamentário. Eu entendi que é um mecanismo orçamentário, mas não consegui entender como que isso vai ser cancelado. Como que isso não onera o Programa de Mananciais, que é um programa muito importante. Eu gostaria então, que, se vocês pudessem esclarecer. E eu gostaria também de, depois desse esclarecimento, passar a palavra para a Cecília, que é uma das representantes aqui da comunidade, que acompanhou, há mais de dez anos, essa batalha por esse parque.

Cons. Marmerto: Marmerto, Secretaria de Finanças. O que vai ser feito nessa operação? O parque seria desapropriado, e esse recurso simplesmente passaria pelo Jóquei, e o Jóquei, imediatamente, com esse dinheiro, ele quitaria dívidas tributárias que ele tem junto ao Município de São Paulo. E esse recurso, também imediatamente, retornaria ao Tesouro. Esse recurso do Tesouro, ele tem algumas destinações, algumas vinculações, que seriam oportunas para o Município, que são aplicações para a Educação, seriam 31%, com a Saúde, 15%. Então, todo o caminho que está sendo traçado para essa operação, ela traz benefícios para o município. Vai haver o parque. Existirá um parque. Vai haver recursos para se aplicar em outros setores, que é a Educação, Saúde, por exemplo. Então eu, como Secretaria de Finanças, eu entendo que é uma operação oportuna, operação feliz, e que traria vantagens para todos.

Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Quando a gente conseguiu negociar com o Jóquei, para a gente conseguir fazer a compra, a gente precisava do dinheiro. Para amarrar a compra. Então o que a gente precisava? A gente precisava de dinheiro. Como a gente fez isso? A gente pediu um crédito adicional da fonte 00, do recurso municipal. E alocou nessa dotação de mananciais, que vai junto com DESAP. Então a gente pediu dinheiro. Aí a gente colocou nesse lugar. Aí, para a compra ser realizada, a gente precisava fazer uma reserva. Lembra daqueles procedimentos orçamentários? A gente precisava fazer uma reserva, para garantir que a gente tem o dinheiro, para mostrar para eles que a gente tem o dinheiro para fazer a execução daquela ação específica. Depois de reservar, a gente precisa empenhar. Que é mais um processo de concretização do (incompreensível). Depois de empenhar, a terceira coisa seria liquidar. Que é quando você tira o dinheiro da prefeitura. Como a gente tinha pressa em relação a fazer isso, senão a gente ia perder o negócio, o que foi feito? Foi feito na fonte 00, e o acordo seria, a nossa a proposta é: Ao invés de usar esse dinheiro da fonte 00, a gente use o dinheiro do FEMA. Então a gente cancela... A gente deixa de usar o dinheiro da fonte 00. A gente fez a reserva e o empenho da compra com dinheiro 00. A gente cancela isso e, nessa mesma dotação, que só vai



mudar o finalzinho por causa da fonte, vai o dinheiro do FEMA. Então na verdade, a gente está falando de dinheiro. Tem o dinheiro da fonte 00, estava fazendo toda a concretização da compra, e aí depois a gente fala... é como se a gente tivesse pego dinheiro emprestado porque a gente está com pressa, e depois a gente pega do outro lugar, entendeu? Você conseguiu entender o procedimento?

Cons. Cecília: Mas o que garante que volta?

Cons. Bianca: Eu só estou usando o procedimento de explicar didaticamente como funciona esse procedimento orçamentário. Entendeu? Se vocês tiverem dúvidas, também vocês podem pesquisar no Ministério de Planejamento. Essas explicações estão lá, em relação ao orçamento. Mas eu só estou tentando, didaticamente, mostrar como é feito. Entendeu? Então a gente estava usando o dinheiro do 00 mais para pegar o dinheiro do Fundo, que seria realmente o dinheiro destinado a isso, já que o dinheiro do TCA é para isso e destinado a isso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só antes da Cristina, dona Cecília, com a palavra.

Cons. Cecília: Bom dia. Cecília, do Morro do Querosene. Eu concordo com a Maria Rosa, e claro, precisa ter um procedimento para regularizar essa área, não tenho a menor dúvida. E concordo também, que todos desejamos que essa área seja um parque. Porém, antes de entrar na questão para a qual eu pedi a palavra, eu queria só, essas duas últimas falas, a primeira fala do conselheiro Marmerto, eu entendi o seguinte: que você disse que a gente pegaria esse dinheiro, dava para o Jóquei, que pagava sua dívida, e voltava para o Tesouro. Não foi isso que você falou? Então, Marmerto, isso que você falou, para mim, não tem lógica. Por quê? Porque se você deve para mim... Por exemplo, eu vou fazer um pagamento. Normalmente, o que eu faço? Se eu tenho que te pagar cem e você me deve 50, eu só vou te pagar 50. Eu não vou te pagar cem para depois você me devolver o... eu não vou por o dinheiro de cem na tua mão... Eu nunca vi isso.

Cons. Cons. Marmerto: Não. Deixa eu explicar. Eu falei isso, acho que você não entendeu.

Cons. Cecília: Perfeito.

Cons. Cons. Marmerto: O fato é que o Jóquei deve. Agora, ele pode pagar esses cem que a senhora está falando de forma imediata, que ele não tem condições. Ou ele entrar em um acordo, que legalmente é permitido para ele, e levar dez anos para receber esse dinheiro. Ele pode fazer isso. Qual é a vantagem? A gente está recebendo o dinheiro no mesmo instante.

Cons. Cecília: Não. Espera um pouquinho. Espera um pouquinho. Eu acho que, primeira coisa, primeiro ponto. Ele já teve a dívida renegociada, contrário aos nossos... a gente não desejava. A prefeitura renegociou. Dessa renegociação, já venceram 73 mil que ele ainda não... da dívida renegociada. Ele já passou o tempo. Uma parte já venceu. E a outra parte ainda não venceu. Então, o que eu quero lhe falar é o seguinte: para mim, não é tão simples como você fala de que: vamos para



dar para o Jóquei para depois o Jóquei dar para mim. Isso para mim, não é a... Primeiro, por quê? Porque a parte que a gente já renegociou, e que ele também não pagou, é superior a essa. A gente já renegociou, já deu uma segunda chance, já venceu. E novamente agora, a gente vai por na mão dele isso, primeiro, absolutamente não é óbvio. Agora, com relação ao que a Bianca me falou, eu até anotei aqui. Ela fala assim: para realizar o negócio, precisava de dinheiro. Foi a palavra que eu anotei. Também para mim, isso é considerado como ponto pacífico, como uma premissa. Precisava de dinheiro. Então, novamente, eu questiono. Por quê? Não foi explicado para mim, isso. Para você, é óbvio. Precisava de dinheiro. Partiu daí para diante, e fez uma extensa análise. Porém, a premissa não está clara. Terceiro ponto então, que eu queria colocar. Nesse aspecto, eu queria dizer que eu concordo com a Cristina, que esse parecer técnico, que é o que eu recebi, que eu imprimi e tal, esse parecer técnico é confuso, frases não completadas, e eu estive olhando então, o processo. O processo, realmente, a área de 151 mil, mais dez mil, tanto pelo Plano Diretor Estratégico, lá, regional, quanto foram designados, pelo, até o que eu entendi. São dez mil que é a área da Educação. Então, nesse processo, ele parte do princípio que 140 mil metros será parque. Não são os 151 mil. E, nesse parecer técnico, começa com implantação do parque municipal Chácara do Jóquei. Área: 151 mil. Não. Não é verdade. 151 da primeira página até aonde eu pude acompanhar nesse processo, é parque mais, no início, habitações de interesse social, e depois, uma escola. Foi o que eu vi. Em nenhum momento eu vi, nesse processo, que os 151 mil metros quadrados são integralmente para parque. Ou é uma parte para... Então ele já começa aqui, com essa premissa muito estranha. E ele continua assim: olha, o parecer de DEPLAN aqui, na análise técnica da proposta, o parecer de DEPLAN mostra que essa área é parte importante do futuro parque. Então não é todo o parque? Que área? Como que escreve isso? Parecer de DEPLAN mostra que essa área... essa área, a área aqui, a única área que eu estou vendo é 151 mil metros quadrados. É a única área que aparece. Que eu já estou até dizendo que não é toda ela de parque. E ainda, DEPLAN fala: essa área é parte importante... Nossa! Então o futuro parque tem mais de 151? Gente... Bom, finalmente, eu vou passar então agora, a voz para você, que eu sei é de DEPLAN. Gente, não é nada pessoal, não é, Maria Rosa. Só estou me pegando... E deixa só eu... vou finalizar, dizendo assim: a pergunta primeira, que a Conselheira Sônia fez, qual é o valor que DESAP atribuiu? Aqui, que eu tenho escrito, e do que eu vi no processo, vamos dizer 64 milhões de reais. Esse é o valor da área. Sendo que a gente já tem, de dívidas, 130 milhões de reais. Sendo que desses 130, a primeira parcela de 80 milhões já venceu. Então, o que eu estou entendendo por isso aqui é isso: DESAP avaliou em 64 milhões, a primeira parcela da dívida é de 80 milhões, já vencida. Então, não tem nenhum significado a gente por esse dinheiro para lá, para depois... Não tem significado. E eu queria só fazer mais uma... aqui... eu também fui me informar com algumas pessoas, com alguns vereadores, com alguns deputados, e o recado que eles me pediram é o seguinte: gente, o Jóquei Clube já está devendo há tantos anos para a prefeitura. Então, por que a gente tem que pagar tudo agora? Vamos parcelar, vamos pegar... se é que a gente tem que dar algum dinheiro a eles. Como é que a gente vai sair, nesse momento, dando dinheiro para o Jóquei Clube? E o pior: dinheiro que está vindo dos mananciais.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra, Maria Rosa.



Cons. Maria Rosa: Maria Rosa, de DEPLAN. Eu vou falar sobre uma desapropriação. Não especificamente o Jóquei. No geral, todas têm que seguir como eu falei. Todas têm que seguir normas, e têm uma avaliação, em primeiro lugar, por DESAP, como foi feito essa de 64 milhões. Em cima, como eu já falei, do ITBI, que é o Imposto Territorial de Bens Imóveis. Então é este valor. Vai ser depositado. É amigável, é esse valor? Não sei se vai ser concordar, ou não. Existe um segundo depósito. Então, esses 64 milhões não paga a dívida. Mas o valor... a gente não é que... Para fazer uma desapropriação, tem que ter o primeiro depósito que é esse em cima... Toda desapropriação. Não é que é do Jóquei. De tudo isso daí. Então, como é 151 mil metros quadrados, foi avaliado nisso daí. Agora, como eu falei, a parte da educação... tem a outra parte, para construir alguma escola, não sei se é o que é. Tem que ser dinheiro separado da SVMA. Por isso que existiu o primeiro decreto que teve a sua caducidade o ano passado. E foi esperado um ano para implantação do parque. Agora, eu tenho 13 para 14 anos do Verde. E eu já fui procurada várias vezes para implantar, desta área, para implantação de torres. Não sei... Não foi a primeira nem segunda. Várias vezes eu fui procurada. Então eu, como DEPLAN, que tipo assim, gosto muito de lá, eu vejo assim: poxa, a impermeabilidade vai ficar total. Agora, se for um parque, a área permeável... o que está lá, já tem quantos anos? A gente só vai conservar isso daí. Então têm construções, quer dizer, benfeitorias, tudo isso. Então nesse sentido, eu acho que... se vocês quiserem perguntar alguma coisa, vai ter um depósito de 64 milhões. Uma área de 151 mil metros quadrados. A dívida... não é dinheiro nosso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Maria Rosa, por gentileza. Baseia-se na sua condução técnica, depois nós vamos passar à Diretora Financeira, Sandra. Por gentileza. Continua sua explicação.

Cons. Maria Rosa: Não. Eu não vou falar a parte financeira.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Não. A parte técnica, só.

Cons. Maria Rosa: A parte técnica. Que isso está conforme as normas, a avaliação de qualquer imóvel. Tem que ter um valor, tem que ser depositado. Então está coerente do que foi analisado. Foi analisado por DEPLAN, e está a contento em tudo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra agora, a Diretora Financeira, dona Sandra. Por gentileza.

Sandra: Bom, meu nome é Sandra. Sou diretora de DAF. Assim, calhou que eu já fui diretora em DESAP também. Então, na realidade, o que houve, na realidade, não é uma avaliação final. Vou falar tecnicamente. Então, esses 63 milhões eram necessários para... e tinha data para ajuizamento da ação. Então é assim: ajuizar, demonstrar um interesse, a princípio, para aquisição da área, seja ela qual for. Então por isso que foram alocados recursos, a dotação de mananciais, porque era a única que nós poderíamos pegar os recursos, contabilmente fazer uma reserva com transferência, para a DESAP, os procuradores irem lá, e depositar. Quer dizer, está garantido o interesse. Não quer dizer que vai comprar... É isso. Momentaneamente, é isso que foi feito. A partir disso, falando ainda de DESAP, em outro instante, vai



haver o juiz, vai ter o que eles chamam de assistente técnico, porque a parte do judiciário, assistente técnico, ele vai lá, vai ver o valor junto com os peritos que vão defender o interesse entre termos de valor pelo dono da área, e o assistente técnico pelo judiciário. E vão chegar a um acordo quanto ao valor final. Então o que houve agora, só houve o interesse, realmente, de comprar. Pode ser... Eu não sei agora, em termos, qual a lei que vai pegar à época que for dada a desapropriação se assim o for. Poderá ser pago em dez parcelas, em vinte. Vai depender do artigo da constituição, e do que estiver vigendo lá em DESAP. E não é pago assim. Houve casos também, que nem o Villa Lobos, algumas outras desapropriações à época, que dependendo da forma como vai ser conduzido o processo, no final do processo de desapropriação, pode existir a compensação financeira. Então, não é eu te dou 63 e você me dá os 80. Pode sim, haver, no meio do processo, falar... vocês me devem tanto. Então vai ficar aqui, e não paga. Na realidade, fica na prefeitura. Tudo depende da forma como vai ser conduzida pelos procuradores lá. E pela lei que estiver vigendo à época. Com relação à dotação, então é isso. Na realidade, não existiu dinheiro. Existe a dotação. Pode ter os seus recursos alocados lá para os projetos. Na realidade, foi temporária, a coisa. Pegaram-se os 63 milhões. Contabilmente colocou lá. Saiu o recurso para fazer o depósito para ajuizar a ação, e a dotação continua lá, o recurso que tiver originalmente, vai continuar lá. Você entendeu? Foi só uma transitória. Por quê? Porque o dinheiro, realmente disponível para essa operação seria do recurso do FEMA. Só que nós temos todo esse procedimento legal, que caso seja aprovado, tal... Então não tinha como. Ou se perdia o direito de firmar o interesse do município. É só por isso. Mas ninguém tirou nada, entendeu?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra, dona Cecília.

Cons. Cecília: Sandra, é o seguinte: É que eu vi um decreto assinado pelo prefeito Haddad. E esse decreto tira de cá e põe para lá. Então, eu só queria entender. Para voltar, vai ter que ter outro decreto. Por enquanto, a gente não vai ter segurança nenhuma se vai voltar ou não. Ou para onde vai. Por quê? Para tirar dos mananciais, e colocar para o FEMA, houve um decreto assinado. Ou seja, para voltar para os mananciais, vai ter que ter outro decreto. Ou seja, esse dinheiro, efetivamente, saiu dos mananciais. Então, no contábil, vai ter que ter outro decreto. Só que a gente não tem nada. Nenhuma segurança de que isso aconteça esse novo decreto. Como é que você sabe que vai voltar? Eu estou perguntando mesmo.

Sandra: Na realidade, é assim. Hoje nós não estamos tendo essa reunião? O pessoal técnico apresentando o projeto. A intenção é a de que seja aprovado, e que realmente os recursos sejam autorizados a serem utilizados para desapropriação, em sendo, passará a ser 08, que vai sair do FEMA. E é cancelada a operação e reverte à situação anterior. Por quê? Porque não dá para tirar dois 63 de dois lugares. Entendeu? Então, em sendo aprovado para utilização de recursos do FEMA, ela cancela-se a situação, e volta à situação original. Contábil.

Cons. Cecília: Volta para os mananciais?

Sandra: É porque é cancelada a operação. Ela foi uma operação só transitória, para que não houvesse a perda da data para ajuizamento da ação. Só isso.



Cons. Cecília: E o que acontece com o decreto?

Sandra: Ele vai soltar outro e vai cancelar, porque vai ser... caso seja autorizado a utilização do recurso do FEMA, vai ser para a 08, que é o final contábil, e cancela-se automaticamente o outro. E revoga. Agora, a forma como vai ser feito o decreto, eu não sei. Só que não dá para pagar dois 63.

Cons. Cecília: Não, não. Pelo amor de Deus. Eu não queria nem que pagasse um 63.

Sandra: Não. Só estou falando o contábil. Pela preocupação de voltar. Vai voltar ao original. Porque vai cancelada uma operação.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vamos manter a rotina e a ordem, que a senhora conhece, que a senhora foi Conselheira Titular. Hoje está substituída pela dona Sandra. Vamos, por gentileza... tem Conselheiro querendo falar, e o Secretário também. A dona Cristina tinha pedido a palavra. A senhora queria falar, dona Cristina?

Cons. Cristina Antunes: Têm algumas questões que estão ficando para trás. Pena que a gente não possa fazer a réplica, viu, Luis. A gente precisava reconsiderar isso. Porque coisas que o Marmerto falou, coisas que a Bianca falou, deveriam ter sido esclarecidas na sequência.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pode fazer a pergunta.

Cons. Cristina Antunes: Pois é. A essa altura já passamos tantos outros assuntos. Mas assim, primeiro ponto, o que a Sônia falou. Qual é a área real? Do que nós estamos falando? É 151, é 141? Houve, de fato, uma desapropriação anterior para a Educação? Se houve, em que pé que está a área que foi reservada para a Educação? E a gente fazendo... Desculpe. Mas eu perguntei isso... Foi a minha primeira intervenção.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Desculpa, mas você perguntou. Foi esclarecido. Foi respondido duas vezes pela diretora do DEPLAN. Mas tem a palavra.

Cons. Cristina Antunes: Se nós estamos falando de 151 e não são 151, têm dez mil... estou falando números redondos, dez mil que são para a Educação, o que aconteceu com essa área? E por que a gente tem que trazer para o FEMA discutir área de Educação? Se está embutido nos 151? São dois caminhos... Então essa situação de ter sido feita uma desapropriação, e não ter acontecido nada nesse terreno, me leva a pensar que o que está sendo feito é simplesmente... se tudo isto acontecer, todas essas manobras financeiras, contábeis, acontecerem, a gente vai ficar com uma área para, um dia, instalar um parque. Porque não tem dinheiro para instalar o parque. Se não tem dinheiro para comprar a área, para desapropriar a área, muito menos para instalar o parque. A gente vai ficar esperando... E a gente já perdeu... A Sônia que me informou, já perdemos dois DUPS, já. Duas vezes caducaram DUPS. Esse daqui é um terceiro DUP. Está com data de 2014. O que vai



acontecer na sequência? Isso daqui é só para garantir o negócio? O DUP já garante. O DUP já sequestra a área do proprietário. Olha, Bianca, você sabe que realmente essas manobras financeiras, para nós, assim como a Sônia esclareceu... mostrou a dúvida, esclareceu a dúvida, esclareceu que temos dúvidas, e que o Marmerto falou: não, isso daqui vem imediatamente de volta, se, como a Sandra falou, isso daqui pode ser pago em vezes, não vem imediatamente de volta. Quer dizer, ou bem você vai fazer um crédito parcelado para o Jóquei Clube, ou bem eles vão devolver imediatamente 64 milhões. Agora, outra vez, Bianca. Se tudo isso aconteceu, por que isso teve que sair de lá? É tudo contábil. Por que tem que sair da habitação, e vir para cá? Por que isso daqui não pode ser feito com dinheiro do município, como a Sandra falou, é dinheiro do município. É dinheiro do Tesouro. Por que não pode, simplesmente, pegar o dinheiro do Tesouro... Estou pedindo uma explicação... Por que não pode pegar o dinheiro do Tesouro e fazer diretamente essa operação? E como a Sônia falou... Ela, na verdade, não pôde falar no microfone. O que garante que isso, de fato, vá reverter? Se você entrou no cheque especial, e alguém deposita na sua conta, o banco recolhe imediatamente. Você nunca mais vai ver a cor desse dinheiro. Então, a mesma coisa. O Jóquei é devedor. Se você coloca, contabilmente, ou de verdade, o dinheiro, ou fumaça, seja lá o que seja para o Jóquei, o que garante que isso aqui vai, de fato, reverter? O que garante que não tem dívida em branco? Que vai usar esse dinheiro? Essas manobras contábeis são um pouco assustadoras. Até porque a gente já viu acontecer situações pouco claras, anteriormente. E como o Secretário falou, a gente tem que ter transparência. Transparência significa que as pessoas, pelo menos com algum entendimento, possam entender. Quer dizer, não pode ser uma caixa preta que só técnico com formação em Harvard vá entender. Então, isso daqui continua obscuro. Por que tem que fazer toda essa manobra, trazer para o FEMA, para depois sair do FEMA, voltar para a Habitação? Então nós estaríamos fazendo uma aprovação de um dinheiro de mentirinha. Que é só para fazer uma manobra contábil. Por que isso tem que vir para cá?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só deixando claro: obscuro não existe. Obscuro, que nós somos transparentes, tanto é que nós estamos debatendo.

Cons. Cristina Antunes: Eu falei que já houve casos obscuros.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Se houveram, eu gostaria que a senhora fosse clara e mantivesse dentro daquilo que nós conhecemos, que a nossa querida Cristina usa sempre, de transparência, como a Secretaria usa de transparência.

Cons. Cristina Antunes: Eu estou colocando, com todas as letras, as dúvidas que estão me deixando sem segurança para aprovar isso daqui, Luis. Eu estou sendo absolutamente transparente.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Não, eu entendi. Eu entendi.

Cons. Cristina Antunes: E você também não nasceu ontem. Você sabe muito bem que há confusões na administração financeira de qualquer governo. Não estou dizendo que seja de má-fé. Estou dizendo que há confusões. E aí, com relação ao



que a Sandra falou, isso aqui vai depois para os procuradores, tal, esse valor pode mudar. Pode ser menor.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só antes de passar para a Sandra, o Secretário já pediu para falar faz tempo. E eu cortei várias vezes, agora eu vou passar a ele.

Secretário Wanderley Meira do Nascimento: Eu vou procurar ser rápido. Mas vamos tirar algumas dúvidas. Eu não sou da área econômica, mas eu estou na minha décima sexta administração pública. Então um pouquinho também, de orçamento, a gente conhece. Então vamos deixar um pouco as coisas claras, porque senão fica, como a Cristina colocou, que é ruim isso, porque se estivesse obscuro, não existiria nem o CONFEMA. É por isso que existe o CONFEMA. Para isso. Para se debater, de forma transparente. Eu iniciei o meu discurso, inclusive aqui, falando de transparência em relação aos cortes das árvores. E também eu disse que não é só fazer transparência. Porque a população se tornar também, a fiscal. Porque é uma hipocrisia achar que se vai fiscalizar uma cidade de São Paulo com esta régua, com esse tamanho da cidade. A cidade de São Paulo é outra medida. Outra escala. A escala de São Paulo carece de envolvimento sim, da população, como um todo. E é por isso que a cidade de São Paulo está assim. A mesma coisa, a questão da saúde. A saúde precisa de milhares de hospitais. O problema não é esse. O problema é saúde preventiva. A mesma coisa para fiscalização em todos os aspectos. Mas a gente está aqui para isso. A gente não vai abaixar a cabeça nem ser pessimista. Nós vamos pegar, no popular aí, literalmente, o boi à unha. Mas assim: vamos esclarecer algumas coisas. É evidente que todo mundo sabe, é notório que o Jóquei tem uma dívida. Ninguém aqui é criança a ponto de entender que a prefeitura de São Paulo vai fazer um pagamento para o Jóquei. Então vamos deixar claras as coisas. Deixar claro. Tem uma questão contábil aí no meio, que eu não vou tecer considerações, porque eu não sou da área. Mas que está muito claro que é um exercício contábil. Assim como, em toda prefeitura, em todo órgão administrativo tem uma coisa chamada orçamento, e tem uma coisa chamada financeiro. Financeiro é onde está o dinheiro. Você pega na mão. Ele é dinheiro. Outra coisa é o orçamento. No Brasil, já melhorou muito. Há pouco tempo atrás, o orçamento de qualquer administração pública era uma peça de ficção científica. Que as pessoas faziam lá uma estimativa, um negócio que não tinha nenhum fundamento. E tinha possibilidade para isso, porque o orçamento é isso. O orçamento não é dinheiro. O orçamento, ele é uma estimativa. Ele é um momento que você esboça em função das diretrizes, de projeto... esse projeto de uma administração pública, que você coloca um número que você vai perseguir. Agora, esse número, claro, ele deva ser cada vez mais real. No passado, aconteciam loucuras. Nó. Ainda bem que agora melhorou bastante. Não estou falando da nossa administração. No Brasil como um todo. E é por isso que a gente está aqui. Porque a gente acredita nesse país. Um dia tem que melhorar. A outra questão é do DUP. Vamos deixar também, bem claro. O DUP não é um documento qualquer, que é assinado em uma portinha, com uma folha qualquer. Ele é um documento público. Ele é assinado pelo prefeito. E quando se fala de 151 mil metros quadrados, isso é um documento oficial. Se for o contrário, vocês podem nos prender, inclusive. É um crime. O que é isso? Vamos observar e tratar melhor a coisa pública, como deva ser



feito. Evidente que os problemas que têm a máquina pública devem ser apontados, evidentemente. Agora, vamos entender também, o que são esses documentos. E como é que funciona. O DUP pressupõe uma série de coisas. Tem um pressuposto básico primeiro, que é a questão fundiária. Há que se ter a regularidade da área. E a titularidade. Depois, tem a questão de uso também, dessa área. Tem uma série de pressupostos. Agora, em relação também à questão do parque, eu não vou aqui tecer considerações, mas eu acho que vale a pena frisar que é verdade, sim, que a prefeitura de São Paulo, em particular a Secretaria, tem como meta, tem como prioridade primeira, a manutenção das áreas. Isso é verdade. A gente não está escondendo isso. Se fosse o contrário, nós estaríamos pagando os DUPs que deixaram aqui, de outras administrações, que dá a entender que foi feito de forma aleatória, olhando no Google, porque não é possível. Nós temos aqui, 154 DUPs que perfazem um valor de 2 bilhões. Só isso, 2 bilhões, que é o montante dos nossos DUPs aqui. Esses sim, uma peça de ficção. Agora, a cidade precisa de mais áreas verdes? É óbvio que precisa. É ruim, até, claro, enquanto gestor público, você ter que administrar o mínimo. Não do meio para frente. O Plano Diretor também prevê mais 160, além dessas 154. A cidade precisa? Claro que precisa. É bom para a cidade? É óbvio que é bom para a cidade. Agora, tem uma coisa chamada mundo real. E no mundo real, a gente não vai ter condição. É por isso que a gente está fazendo um exercício enorme para não perder parte dessas DUPs. Que parte dessas DUPs têm uma relevância enorme para a cidade. Não é nem para a Secretaria. Para a cidade. São áreas interessantes do ponto de vista ambiental. Têm relevância ambiental. E aí, como é que nós vamos fazer? Nós vamos perder? A gente está fazendo um exercício enorme. Então quando se fala de manancial, neste momento, a gente está conversando com a Secretaria da Habitação, que nessas áreas de DUP, aonde é possível, do ponto de vista da lei, você reservar uma área para a Habitação, e que a própria Habitação faça a desapropriação e transforme em parque parte da área, e parte vira habitação. É claro que não (incompreensível) da lei. Aonde for possível, do ponto de vista da legislação. Essa tratativa foi colocada pelo prefeito. Eu e o Floriano, Secretário da Habitação, estamos discutindo neste momento, para que a gente não perca algumas dessas áreas. Por que isso? Porque na Habitação, tem recurso para desapropriação. E aí, a gente sempre procura uma alternativa. Outra alternativa é incluir a iniciativa privada no processo. Que é um processo difícil, tem que ser muito transparente. Nós temos que contratar, talvez, um órgão aí de extrema transparência e responsabilidade, e conhecimento na área. Pode citar aí, sei lá, IPT, GV, FIP, enfim, qualquer órgão desse, que tem essa responsabilidade que a gente conhece aí no mercado, para que possa nos orientar, para não perder essas áreas. Em relação à importância do parque, eu, do ponto de vista, agora, não falando como Secretário, mas falando como arquiteto, eu conheço bem aquela área. É uma área carente, do ponto de vista da cobertura vegetal. É evidente que São Paulo inteira têm problemas, e é carente. Mas algumas têm mais que as outras. Ainda há pouco, eu conversando com o pessoal do Parque Augusta, que é um movimento que eu acho... tem que acontecer cada vez mais, o que eu disse para aqueles meninos é que eles nos ajudem a priorizar os parques na cidade de São Paulo. Que dá a impressão que a prioridade 1 é a Augusta. Eu quero ver quem é que vai conseguir colocar dinheiro na Augusta, e não implantar parque no Itaim. Ou melhorar o que tem no Itaim. Têm 4, 5 parques que passa a rede de esgoto literalmente, dentro do parque. Então qual que é a prioridade? Vamos discutir



a prioridade de forma transparente. A prioridade não está na cabeça do prefeito nem na minha. Ela está na cabeça da população. Em relação ao parque da importância como arquiteto, eu acho que esse parque, ele é simbólico. Não tem mesmo, a prioridade não é aquisição de parque. Mas esse, ele tem uma questão estratégica, por trás. Aí tem toda uma simbologia. E tem todo também uma plantação, já existente lá, que vai facilitar e muito a implantação. Na verdade, já está implantado. Ele precisa ser remodelado, readequado. As baias, é possível que se aproveite para educação ambiental. Ela pode se transformar em escolas para educação ambiental. Podemos retomar a questão do Meninos do Jóquei. É uma questão simbólica para a cidade. Sobretudo agora, nesse momento que a gente está vivendo, de decadência do nosso futebol. Os Meninos do Jóquei já tiveram 3, 4, 5 jogadores, que chegaram ao nível profissional, que saíram dali da periferia. Então eu acho que é possível fazer ali um trabalho compartilhado com a Secretaria de Esporte. E outras Secretarias também. Então ele tem essa relevância, essa importância simbólica e estratégica para a cidade. Agora, essa questão de dívida, que acho que já foi muito claro que não se existe essa palavra, expropriação, na administração pública. Ela pode ter existido em determinado momento, na história. Inclusive a gente mesmo, quando era do lado da resistência da ditadura, a gente falava em expropriação também, naquela época. Assim como, também alguns governos totalitários também usam a expropriação. Se fosse assim verdade, nós temos um exemplo agora, na SABESP... A SABESP é a maior devedora, para mim, que tem na cidade de São Paulo. Vamos combinar. Tem uma coisa chamada usinagem da água. A água, ela é usinada pela natureza. Ou na sua nascente, ou nos reservatórios naturais, ou artificiais. Mas ela tem a usinagem aqui na cidade. Que está previsto na lei, um retorno para a cidade de São Paulo, que nunca foi feito. Então vamos combinar. E contudo, nós temos DUP também, em área da SABESP. Nem por isso a gente vai deixar de fazer o processo legal e formal que tem que ser feito. Pelo meu coração, eu também tomaria as áreas da SABESP para fazer parque. Pelo meu coração. Agora, enquanto gestor público, e agindo com a cabeça, eu não tenho como fazer dessa forma. Eu tenho que fazer, sempre, aos olhos da lei. Jamais ao arrepio da lei.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Algum Conselheiro? Cristina Antunes, Sônia. Perdão, é verdade. Sandra, com a palavra.

Sandra: Sandra. Cristina, eu só queria uma ressalva quando você falou que eles vão nos pagar em dez vezes. Não. Na realidade, a desapropriação poderá ser paga em dez vezes para o Jóquei. Só por isso. Vai depender, realmente, da forma que ela for enquadrada. Entendeu? E volto a insistir: a compensação tributária poderá ser feita nesse meio, e o valor definitivo tanto pode aumentar, como pode baixar. Era só isso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra, Sônia.

Cons. Sônia: Eu gostaria de fazer só dois comentários, e passar a palavra para o Djalma, que acompanhou essa batalha desde 10 anos atrás. Pelo que eu estou entendendo, só para ver se eu consegui captar aqui essa coisa financeira. A rubrica do FEMA que vai assumir essa dívida é a rubrica Implantação de Parques Ambientais, Termo de Compensa... Que é do TCA, e que tem fundo. Então essa reserva que foi feita através desse decreto do prefeito, ela foi feita para reservar o



interesse? Então o interesse está reservado? Só que precisava da aprovação do Conselho para utilizar essa rubrica para fazer, efetivamente, esse depósito judiciário. Que é para demonstrar o interesse da prefeitura nessa negociação. A partir daí, e desse termo de interesse entre os dois lados, se inicia a negociação? E a partir dessa negociação é que a gente vai entender o quanto da dívida vai ser usada, sendo que já está estabelecido que no máximo vai ser usado 80%? Que pelo menos, 20%, a prefeitura vai pagar ao Jóquei? Eu entendi corretamente?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Não.

Cons. Sônia: Esse finzinho, não?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: O finzinho, não. O senhor quer falar? Ou SEMPLA...

Cons. Sônia: É porque no parecer, tem um parágrafo dizendo da dívida do Jóquei. Inclusive com valores. Eu, inclusive, tinha feito a soma desses valores porque eu entendi que a prefeitura estaria perdendo essa dívida e pagando mais 64 milhões. O que eu entendi agora é que não. Que está avaliado em 64 milhões, inicialmente, e que a partir daqui vai ser negociado. A dívida que está explícita aqui no parecer, é de R\$ 133 milhões, que está no parecer. E nesse mesmo parágrafo está dizendo do que será perdoado dessa dívida nessa compra, nessa desapropriação, o máximo que será quitado será de 80% do valor. 80% do valor da desapropriação pode ser quitado através de quitação da dívida. E 20% será pago em espécie. Isso que eu entendi. independente do valor que ainda não está estabelecido. Vai ser negociado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só antes de passar para o Djalma, o Azoni pediu a palavra.

Cons. Alessandro Azoni: Azoni, do CADES. É só um esclarecimento para a senhora, da parte do processo de desapropriação. Ele vem de duas etapas fundamentais. Um é o DUP, que tem que sair o decreto de utilidade pública, e já tem que estar na petição inicial de desapropriação, o valor, a oferta. A oferta tem que estar lá. Inclusive, o recurso tem que estar disponível. São duas coisas distintas: o processo de desapropriação e o processo fiscal. Por que o que acontece? Tem que partir do ponto que o processo de desapropriação não é só para devedor. Mas eu, por exemplo, ser desapropriado, também tenho que ter minha defesa. Eu tenho que ter o recurso. Então, o princípio da isonomia garante a todos o mesmo tratamento. Lá na frente, na hora que forem, realmente, apresentados os valores, forem negociados, na segunda etapa, se o Jóquei vai aceitar o valor ou se não vai, aí vira uma questão jurídica, vai entrar a Procuradoria do Município e apresentar a dívida. Aí o juiz vai tomar as decisões. Então não é uma coisa assim, só de: não, vai receber, não vai receber. Um é o processo jurídico da desapropriação. Ela segue um rito. O juiz obriga essa formalização do processo. Isso está dentro do processo civil. Dentro do processo civil tem essa obrigação de seguir. Não só porque é Jóquei, ou senão se é por causa do José ou por causa da Maria. Todos têm que seguir o mesmo rito. Agora, se ele vai receber ou não, é uma questão jurídica que vai ser colocada no final do processo. O juiz ainda vai julgar se ele deve receber ou não. Isso é uma questão de esfera jurídica. Entendeu? Outra coisa: a dação em



pagamento é uma exceção do código tributário. De você entregar bens como pagamento. Porque o conceito de tributo é pecúnia, em dinheiro. Então dação em pagamento, requer que esteja previsto nos impostos que o Jóquei deva para o município, esteja previsto dentro da constituição do imposto, se pode ser dado como dação em pagamento ou imóvel. Mas isso também é uma questão jurídica. Então só estou colocando esses pontos para... Como eu tenho essa especialidade tributária, então só para entender que não é uma... Não existe um favorecimento. É que a lei é para todos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra agora, o Djalma.

Djalma: Bom dia para todos. Djalma. Combate às enchentes do Pirajussara. Eu estou meio fantasiado com a camiseta, que eu usei muitos e muitos anos. Gente, o Secretário Wanderlei fez uma explanação da Chácara do Jóquei, mas acredito que pouquíssimas pessoas aqui, conhecem exatamente o que tem lá. Campo de futebol, lagoa, tem um museu maravilhoso lá dentro, que pouquíssimas pessoas conhecem, esse museu tem fetos de cavalos, rim, coração, patas, rabo... tudo que tem lá dentro. Dentro da Chácara do Jóquei. Temos 35 baias que podem ser usadas como escolas profissionalizantes. Eu acho maravilhoso se ali for colocado uma escola. Nós temos carência de escola. Eu não concordo de ser construído mais nada, lá dentro. Na gestão da Marta, nós entramos, inclusive, com uma ação no Ministério Público, porque ela queria construir prédios para colocar gente lá. Nós, tomando água de 2 metros de altura de enchente do transbordamento do Pirajussara, e ela queria impermeabilizar mais uma área na nossa região. Nós entramos no Ministério Público, conseguimos barrar. O museu é maravilhoso, como eu já falei. O que eu uso... eu já vim diversas vezes aqui na casa do Fernando Haddad. Que eu descobri a casa dele. Ninguém quer me dar o endereço. Eu descobri, porque um dia a Folha de São Paulo, sobrevoando aqui, aqueles dias que ele estava indo de ônibus para o gabinete, a Folha de São Paulo tirou uma foto aérea exatamente do prédio dele, até a 23 de Maio, onde ele tomava o ônibus. E eu vim aqui, fiquei perambulando pela região, até achar um ponto de táxi. E eu parei na esquina e perguntei: “escuta, você sabe onde é a casa do prefeito?” Meu carro era placa de Curitiba. Ele falou: “está perdido na nossa cidade, rapaz?” E deu o número do prédio dele. Eu fui direto. “Se você chegasse 10 minutos antes, ele saiu da padaria agora há pouco, com um saquinho de pão, aqui.” Eu estive na casa dele diversas vezes. Eu levei diversas cartas. Estão todas aqui. Então eu trombei já, com um monte de prefeito. Então eu sempre falo da mesma forma: eu tenho 75 anos. Todos nós aqui estamos em uma idade bem avançada. Têm mocinhas também, naturalmente. Mas nós temos netos, temos filhos, temos milhares de anos pela frente, se Deus quiser. Eu, daqui a pouco, estou indo embora. Sei lá quanto tempo mais eu tenho de vida. Meus filhos, meus netos, os nossos filhos, os nossos netos. O que nós vamos deixar para essa molecada? Vamos construir ali, prédio. Aí o cara abre a janela do quarto aqui, dá de cara com outro prédio lá. Olha, eu peço encarecidamente, cada um de nós aqui, vamos lutar por isso. Não vamos deixar mais nada, construir prédio. Os senhores viram, o São Paulo Futebol Clube está querendo construir um novo estádio. Adivinhe onde? Eu tenho recortes de jornais. Na Chácara do Jóquei. Incrível. Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, eu vejo lá, os caras perambulando aí fora, tirando fotos, fotos aéreas, propagandas, de construir prédio ali. Gente, me perdoa, o



coordenador, o senhor Luis me deu essa oportunidade, eu não quero me estender porque tem muita briga. Por favor, não deixem construir mais nada lá dentro. Uma escola, maravilha. Prédio, casa, não. Vamos conservar. Eu tenho bastante acesso lá, como todos nós. O Padre Darci, o Chicão, todos nós temos muito acesso lá. Qualquer um que queira ir lá, visitar a Chácara e ver a maravilha que nós temos lá, vá. Ah, com relação a algumas árvores que foram cortadas, me parece que foi com o adendo da subprefeitura do Butantã, porque estavam infestadas de cupim. Eu só estou chutando. Eu, inclusive, vi lá, vi diversos troncos lá dentro. Eu queria, inclusive, um tronco desses... levar para minha casa para colocar uma orquídea, alguma coisa, eles não deixaram levar. Me mostraram, viraram o tronco assim, estava cheio de cupim. Está bom? Gente, muito obrigado por nos terem convidado e me dado a oportunidade de falar essas palavras. Um bom dia para todos. Obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado, Djalma. Mais algum Conselheiro? Cristina.

Cons. Cristina Antunes: A preocupação do Djalma... O que vai acontecer, de fato, com essa área. Tem um caso lamentável lá em Santo Amaro, de uma área pública, em cima de um córrego, que já estava determinado no Plano Diretor como parque linear, e hoje, têm seis torres em cima, e eles bombeiam a água do córrego para fora. Com autorização da Secretaria. Então, eu reitero a solicitação do Djalma, e não sei que documento, Secretário, poderia existir para garantir que esse DUP realmente vá virar um parque. Hoje, o Jóquei faz shows, lá. Uma amiga me forneceu uma imagem antiga da área. Era, sim, arborizada. E hoje, não tem nada, lá. Vi imagens também de shows que acontecem lá, com 30 mil pessoas, e realmente, se existia alguma coisa, acho que nem grama cresce mais lá hoje. Eu volto a insistir qual é a área real. Pedido da Sônia: é 151 ou é 141? O que a prefeitura estará comprando? Sobre o desmatamento, eu pedi informações aqui da Secretaria sobre as licenças ambientais que já houve para aquela área. Na verdade, para o entorno. Porque tem realmente... os Meninos do Jóquei já funcionaram lá por muitos anos. Portanto, campo de futebol, sempre esteve lá. E as outras questões que a gente colocou, eu, infelizmente Luis, eu continuo com uma enorme insegurança com relação ao procedimento disso ter vindo aqui para o FEMA. Eu perguntei por que é que isso não poderia ter sido feito diretamente do Tesouro? Eu reitero essa pergunta. Então são três perguntas para as quais eu gostaria de ter resposta.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Certo. Antes da SEMPLA responder, o Helgis, da Secretaria do Verde, com a palavra.

Cons. Helgis: Bom dia a todos. Helgis, da Uma Paz, SVMA. Eu queria apenas observar que ainda estamos ficando em looping, já. A gente está repetindo as mesmas questões, e me parece que não vamos sair muito desse procedimento. Da minha parte, eu queria primeiro dizer que a questão do Jóquei é uma questão que a gente convive com ela há muitos anos. Eu vejo aqui uma oportunidade de ter um passo à frente. E, portanto, estou antecipando, mas eu vou votar a favor. E justamente, eu acho que a gente poderia passar à votação. Eu não vejo que nós estamos progredindo no debate, além de repetir as mesmas explicações e as mesmas questões. Então não vejo porque não ser produtivos. É uma sugestão de ordem.



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Ok. SEMPLA, com a palavra.

Cons. Bianca: SEMPLA, Bianca. A área do parque é essa que está dita aqui mesmo. É 151. Eu acho que a Maria Rosa pode confirmar com a (incompreensível) de cabeça. Enfim, dentro dessa área existem construções, que eu acho que talvez é disso que a gente estivesse falando. Mas a área é essa. O que garante que o parque vai acontecer? É que ele está dentro de uma ação orçamentária de implantação de parque, e ele não pode ser utilizado pela fonte 00 porque o recurso próprio para isso é da Secretaria do Meio Ambiente. Nesse caso, tem o recurso de TCA, é exclusivamente dedicado para desapropriação e cercamento de área. Então o uso para desapropriação de área de implantação de parque é dentro do FEMA, com dinheiro do TCA, inclusive tem, naquele parecer que eles deram para a gente, que é a Resolução 53, ele diz que dentro dos recursos advindos de termos de compromisso ambiental, esse dinheiro deve ser usado exclusivamente para desapropriação e implantação de área e cercamento de terra. Então, dinheiro próprio da prefeitura hoje, para fazer essa transição, é o dinheiro do FEMA. Para ter a liberação desse valor, precisa passar pelo nosso aval, precisa passar por CAV, precisa passar pela Câmara de Compensação Ambiental. Como isso ia levar um tempo, e tinha o prazo do juiz, do ajuizamento, então a gente fez esse processo contábil para garantir. Mas o dinheiro que, necessariamente precisa sair, é daqui por uma questão de direcionamento de recursos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, vamos passar à votação. Os senhores conselheiros que estão de acordo, permaneçam da mesma forma. 5 a 1. Aprovado. Cláudio, dê a sequência, por favor. O Secretário vai se ausentar, porque tem um subprefeito aguardando dentro do gabinete.

Cláudio: Dando continuidade à ordem do dia, apreciação e deliberação sobre a prorrogação contratual dos serviços de manejo, conservação do grupo dos parques naturais. O valor de R\$ 2.085.924,53. O processo 2010.0.247.663-8. A proposta: prestação de serviços de manejo e conservação dos parques naturais municipais Bororé, Itaim, Jaceguava, Varginha e Cratera da Colônia. O processo é 2010.0.247.663-8. Proponente é a SVMA-DEPAVE. O valor total é de R\$ 2.085.924,53. Sendo R\$ 1.999.735,92 para prorrogação por 12 meses, e R\$ 86.188,61 para a cobertura do reajuste contratual. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação dos parques naturais compostos pelo Parque Natural do Bororé, Parque Natural do Itaim, Parque Natural Jaceguava, Parque Natural Varginha e Cratera da Colônia, cujo objeto inclui serviços de manejo de vegetação existente, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação do lixo gerado pelos usuários, e limpeza e higiene dos sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folhas 97 a 115 verso. Em folhas 821 a 822 do processo, consta o termo de aditamento do contrato, registrado sob o número 150/2013, com contratação de prazo de 12 meses, a contar a partir da ordem de início. Análise econômica e orçamentária da proposta: conforme manifestação de DAF G, de folhas 921, a presente proposta tem por objetivo, solicitar a utilização do recurso do FEMA para suportar as despesas do contrato vigente, viabilizando a gestão administrativa de SVMA, no montante de R\$ 2.085.924,53, sendo R\$ 1.999.735,92 para a prorrogação



contratual por 12 meses, a partir de 28/7/2014, e R\$ 86.188,61 para cobertura do reajuste contratual. Em folhas 908 a 912, constam as planilhas onde demonstram que a renovação é vantajosa para a prefeitura municipal de São Paulo/SVMA. O enquadramento: das diretrizes, objetivos e princípios da política municipal do meio ambiente, do Sistema Nacional do Meio Ambiente, SISNAMA, e na legislação ambiental vigente, bem como nas diretrizes, prioridades e programas de alocação de recursos, estabelecidos pelo CADES. Juntados sob folhas 787 a 792, o relatório da manifestação da Procuradoria Geral do Município, PGM, da Secretaria de Negócios Jurídicos, SJ, e da prefeitura municipal de São Paulo, com parecer favorável à utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, FEMA, para manutenção da qualidade ambiental e desenvolvimento sustentável, uma vez que as áreas verdes são elementos integradores da urbanização do município, e que os parques integram as áreas verdes de proteção integral. Com base no parecer da PGM, entende-se que a proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, SVMA, que determina, explicitamente, que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se, precipuamente, a apoiar, entre outros, a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental. O CADES, no exercício das atribuições previstas no artigo 32 da lei 14.887/2009, e no artigo 6º e 35 do inciso 1, do decreto 52.153 de 28/2/2011, estabeleceu entre as diretrizes a utilização dos recursos do FEMA, por meio da resolução 165/CADES/2014. Expansão e conservação das áreas verdes e unidades de conservação de parques urbanos, lineares e naturais. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município e da Secretaria de Negócios Jurídicos, que é possível a utilização dos recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 2.085.924,53, sendo R\$ 1.999.735,92 para a prorrogação por 12 meses, e R\$ 86.188,61, para cobertura do reajuste contratual. Respeitada a utilização de dotação própria atribuídas a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que, na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra, preferencialmente, pelo orçamento de SVMA. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Em votação. Os Conselheiros que concordam com a...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra, a Conselheira Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Eu pedi, em uma reunião anterior, Luis, que a votação fosse nominal. Que constasse na ata, quem votou a favor e contra.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito.

Cons. Cristina Antunes: E isso eu quero... Se você me permite...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Na anterior? Tudo bem.



Cons. Cristina Antunes: Na anterior. Porque eu gostaria que constasse que eu votei contra, porque eu quero vistas do processo. Que eu falei logo no início.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Então consta a votação anterior, que a Conselheira Cristina foi contra a aprovação.

Cons. Cristina Antunes: Porque quero vistas do processo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Porque quer vistas no processo. Positivo. Agora, da mesma forma, o seu voto contra?

Cons. Cristina Antunes: Esse daqui, o meu voto é contrário, assim como todas as outras vezes. Eu entendo que esse recurso de manejo, de manutenção, tem que sair do orçamento. E não dos recursos do FEMA.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito. 4 a 1, sendo o voto contrário da Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Peço desculpas e vou sair. Dá licença.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não. Obrigado.

Cláudio: Deixa eu só te falar. Vai ficar 4 a 1.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: A Conselheira Sônia estava ausente do processo, vai querer votar? Não. Então vamos... Item 3.

Cláudio: Item 3 da pauta. Apreciação e deliberação sobre a prestação de serviços de manejo e conservação dos parques do grupo Cordeiro, no valor de R\$ 372.674,19. Processo 2013.0.09.791-8. Proposta: prestação de serviços de manejo e conservação dos parques do Grupo Cordeiro. O processo é 2013.0.09.791-8. Proponente, SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 372.674,19. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação dos parques do grupo Cordeiro, compostos pelo parque Cordeiro, Parque Zina Natel, Parque Alto da Boa Vista, Parque Linear Invernada e Parque Clube do Chuvisco, cujo objeto inclui serviços de manejo da vegetação existente, manutenção das áreas verdes, coleta, destinação de lixo gerado pelos usuários e limpeza e higiene dos sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folhas 14 a 35. Em folhas 883 a 886 do processo, consta o termo de contrato, registrado sob o número 026/SVMA/2013, com prazo, por mais seis meses, contados a partir de 1/2/2014. Conforme manifestação de DAF, de folhas 951, a presente proposta tem o objetivo de solicitar a utilização dos recursos do FEMA para suportar as despesas referentes à renovação contratual para um período de seis meses a contar de 1/8. Análise da proposta orçamentária: conforme manifestação de DAF, considerando a necessidade de garantir recursos para continuidade dos serviços. Está sendo solicitado o montante de R\$ 372.674,19 para prorrogação contratual. Posso pular o enquadramento das diretrizes? São todos repetidos. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014,



aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município que é possível a utilização dos recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 372.674,19. Respeitada a utilização de dotação própria atribuídas a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que, na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra preferencialmente pelo orçamento da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. A Comissão Técnica de Avaliação assina o termo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina, com a palavra.

Cons. Cristina Antunes: Cristina Antunes, SAJAP. A gente solicitou também, anteriormente, Luis, que no início de cada reunião a gente tivesse uma apresentação do status dos gastos feitos com aprovações anteriores.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Verdade.

Cons. Cristina Antunes: A gente tem uma verba aprovada para o Cordeiro, desde o dia 2 de outubro, de R\$ 430.000,00 dos quais só foram usados cento e poucos. A gente não sabe, até agora não tivemos a informação do que é que foi feito a partir de lá. A Bianca informou várias vezes que houve o congelamento. O SEMPLA não libera dinheiro. E você já explicou que a gente está aprovando para frente, para não correr o risco de chegar lá e não ter. Para nós, população, esse dinheiro, por enquanto, não existe. Então nós continuamos sem ter vigilância, continuamos sem ter agora, esse contrato aqui, o que foi aprovado por mais seis meses, a partir de 1º de fevereiro, também até agora não saiu. É uma nova verba que já foi aprovada. Então eu queria saber qual é a previsão para que esse dinheiro exista de verdade para a gente. E eu gostaria dessa explicação, mas eu vou votar contra de qualquer forma, porque eu entendo que esse dinheiro não deve sair daqui. Eu fico feliz de ver, já, na outra vez, acho que teve essa observação. Que a CAV recomenda que no orçamento de 2015, a despesa ocorra preferencialmente com orçamento da Secretaria. Mas no de 2014 já era assim, e 2013 já era assim. Então, portanto, nós estamos, recorrentemente, usando recursos do FEMA, que deveriam... para despesas que deveriam ser bancadas pelo orçamento.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu peço desculpas não ter sido feita a apresentação. Foi um lapso nosso. Na próxima será feito na primeira... Primeiro item será feita a apresentação financeira. Sendo que esses que estão sendo aprovados estão dentro do limite daquela sobra que teve, do FEMA, porque nós não estamos aprovando... tem outros que são emergenciais, mas não estão entrando enquanto nós não tivermos dinheiro. Eles não vão... enquanto não for descongelado, eles não vão entrar.

Cons. Cristina Antunes: Temos alguma previsão para quando que vai ter dinheiro?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Está sendo feita uma reunião agora, com a chefe de gabinete, com a Secretária de SEMPLA. E parece, a SF também. Nós



vamos ter uma posição essa semana. Hoje ainda, ou amanhã nós temos uma posição.

Cons. Cristina Antunes: E em relação ao contrato de vigilância, Carlos? Já se passaram os 90 dias, a gente teve já, resultado da licitação?

Carlos: Não. A licitação está em andamento. Se é que eu posso dar um prazo para vocês. Mais ou menos uns 30, 45 dias. A gente espera que esteja... Se não houver questionamento, me parece que alguns outros já foram feitos, não ocorreram. Imagino que isso, se Deus quiser, a gente tenha solucionado esse problema.

Cons. Cristina Antunes: Mas houve algum motivo para o atraso da licitação?

Carlos: Não, não. É o regime mastodôntico e lento do serviço público.

Cons. Cristina Antunes: Obrigada. Agora eu vou embora.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado pela presença, Cristina.

Cláudio: Em votação, os Conselheiros que são favoráveis, permaneçam como estão. Temos um voto contrário, da Cristina Antunes.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: 5 a 1.

Cláudio: 5 a 1. Então foi aprovado. Item 4: apreciação e deliberação sobre a prestação de serviços de manejo e conservação dos parques do Grupo da Luz, no valor de R\$1.276.061,00. Processo é 2011.0.272.762-4. A proposta é de manejo e conservação dos parques da Luz. O processo é 2011.0.272.762-4. Proponente é a Secretaria do Verde/DEPAVE. Valor total de R\$ 1.276.061,00, sendo R\$ 61.574,46 para o reajuste, e R\$ 1.214.486,54 para a prorrogação contratual por mais seis meses. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços de manejo, manutenção, conservação do parque do grupo da Luz, composto pelos parques: Parque da Luz, Parque Lions Club, Tucuruvi e Parque Vila Guilherme Trote, cujo objeto inclui serviços de manejo de vegetação existente, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação de lixo gerado pelos usuários, e limpeza e higiene dos sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folhas 19 a 45. Em folhas 879 e 880 do processo, consta o termo de aditamento do contrato, registrado sob o número 052/SVMA/2014, com prorrogação de prazo por mais seis meses, a partir de 1/2/2014. Conforme manifestação de DAF sob folhas 900, a presente proposta tem o objetivo de solicitar a utilização dos recursos do FEMA para suportar as despesas referentes à prorrogação contratual por mais seis meses, a contar de 1/8/2014. Análise econômica e orçamentaria da proposta: conforme a manifestação de DAF, considerando a necessidade de garantir recursos para continuidade do serviço, está sendo solicitado o montante de R\$ 1.276.061,00, sendo R\$ 61.574,46 para o reajuste, e R\$ 1.214.486,54 para a prorrogação contratual por mais seis meses. Em folha 887, a empresa concorda em prorrogar o contrato por mais seis meses. Em folha 898, o DEPAVE 5 informa que é economicamente vantajosa a prorrogação contratual. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o



exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município e da Secretaria dos Negócios Jurídicos, que é viável a utilização dos recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 1.276.061,00, sendo R\$ 61.574,46 para o reajuste e R\$ 1.214.486,54 para a prorrogação contratual por mais seis meses, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que, na ocasião da aprovação do orçamento 2015, que a despesa ocorra preferencialmente pelo orçamento de SVMA. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Algum Conselheiro quer usar a palavra? Em votação. Os Conselheiros que concordam com a proposta, permaneçam como estão. Aprovado por 5 votos a 0.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Unanimidade.

Cláudio: Por unanimidade. Item 5: apreciação e deliberação sobre a prorrogação do contrato de serviços de vigilância segurança patrimonial desarmada com sistema de monitoramento eletrônico, Parque da Luz, no valor de R\$ 613.318,18. O processo é o 2011.0.237.857-3. Proposta: trata da proposta de prorrogação do contrato de vigilância, de segurança patrimonial desarmada com sistema de monitoramento eletrônico do parque da Luz. O processo é 2011.0.237.857-3. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 613.318,18, sendo R\$ 584.780,88 para a prorrogação por seis meses. E R\$28.537,30 para o reajuste do período. Análise da proposta: trata a presente proposta de prorrogação do contrato de serviços de vigilância e segurança patrimonial desarmada com sistema de monitoramento eletrônico, Parque da Luz, registrado sob o número 27/SVMA/2012. Folhas de 1292 a 1293, aditado por cinco meses e 13 dias, a partir de 16/2/2014. Em folhas 1369, foi juntada a solicitação de DAF para apreciação do CONFEMA, para utilização dos recursos do FEMA, para custeio do contrato. Com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, não se verificam, em tese, óbices jurídicas à utilização do recurso do FEMA para contratação dos serviços de vigilância ostensiva desarmada, nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se de solicitação de DAF, folhas 1369, com relação à necessidade dos recursos do FEMA para o custeio de prorrogação do contrato de serviços de vigilância, segurança patrimonial desarmada com sistema de monitoramento eletrônico, Parque da Luz. O período da prorrogação é de 6 meses, a contar de 30/7, no valor total de R\$ 613.318,18, sendo R\$ 584.780,88 para a prorrogação por seis meses. E R\$28.537,30 para o reajuste para o período. Assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, foi apresentada a proposta de utilização do recurso do FEMA, na dotação de despesas correntes para cobertura do presente contrato, nos meses de fevereiro, até 28/2014. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização do recurso, e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização dos recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 613.318,18, sendo R\$



584.780,88 para a prorrogação por seis meses. E R\$ 28.537,30 para o reajuste do período. Respeitada a utilização da dotação própria, atribuída a despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra, preferencialmente, pelo orçamento da Secretaria. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Em votação. Os Conselheiros que concordam com a proposta, permaneçam como estão. Aprovada por unanimidade. Item 6: apreciação e deliberação sobre prestação de serviços de manejo e conservação dos parques do grupo Vila Prudente, no valor de R\$ 668.158,51. O processo é 2011.0.297.385-4. Proposta: prestação de serviços de manejo e conservação dos parques do Grupo Vila Prudente. Processo 2011.0.297.385-4. Proponente é a SVMA/DEPAVE. Valor total de R\$ 668.158,51, sendo R\$ 71.588,41 referente ao reajuste. E R\$ 596.570,10 para prorrogação contratual. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação dos parques do grupo Vila Prudente, composto pelos parques Parque Vila Prudente, Parque Jardim Sapopemba, Parque Casa Modernista, Parque Linear Oratório, cujo objeto inclui serviços de manejo de vegetação existente, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação de lixo gerado pelos usuários, e limpeza e higiene dos sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folhas 22 a 50. Em folhas 1177 e 1178 do processo, consta o termo de aditamento do contrato, registrado sob número 032/SVMA/2014, com prorrogação de prazo por seis meses, a partir de 3/2/2014. Conforme manifestação de DAF G, de folhas 1206, a presente proposta tem o objetivo de solicitar a utilização de recursos do FEMA para suportar a despesa referente à prorrogação contratual por mais seis meses, a contar de 02/08/2014. Análise econômica e orçamentária da proposta: conforme manifestação de DAF, considerando a necessidade de garantir recursos para continuidade dos serviços, está sendo solicitado o montante de R\$ 668.158,51. Sendo R\$ 71.588,41 referentes ao reajuste e R\$ 596.570,10 para a prorrogação contratual. A presente proposta origina-se de manifestação de DAF com relação à necessidade da realização de manutenção e preservação das áreas verdes do município. Destaque se dá ao fato mencionado de que não há recurso orçamentário em dotação própria da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente para realização da proposta ora apresentada. Sendo assim, com base no parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, PGM, da Secretaria de Negócios Jurídicos, SNJ, foi apresentada a proposta de utilização dos recursos do FEMA, na dotação de despesas correntes, para renovação e ajuste contratual pelo período de 6 meses do presente contrato. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, da Secretaria do Negócios Jurídicos, que é viável a utilização dos recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 71.588,41, referente ao reajuste contratual e R\$ 596.570,10 para a prorrogação contratual, totalizando R\$ 668.158,51. Respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que, na ocasião da aprovação do orçamento de 2015, que a despesa ocorra preferencialmente pelo orçamento da Secretaria Municipal do



Verde e Meio Ambiente. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Assina a Comissão de Avaliação Técnica da CAV. Em votação. Os Conselheiros que são favoráveis à proposta, permaneçam como estão. Aprovada por unanimidade. Item 7. A proposta é a prorrogação do contrato de prestação de serviços de manejo e conservação do Parque Guanhambu. O processo é 2010.0.197.938-9. Proponente é a SVMA/DEPAVE. Valor total é de R\$ 436.036,31, sendo R\$ 375.925,78 para a prorrogação contratual por três meses e 24 dias. E R\$ 60.110,53 para o reajuste. Análise da proposta: a presente proposta de prorrogação contratual de serviços de manejo, manutenção e conservação dos parques do Grupo Guanhambu, composto pelos parques Guanhambu, Parque Linear Castelo, Parque 9 de Julho, Parque Linear Caulim e Parque Linear Cocaia, cujo objeto inclui serviços de manejo de vegetação existente, manutenção das áreas verdes, coleta e destinação do lixo gerado pelos usuários, e a limpeza e higiene dos sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folhas 278 a 299. Em folhas 1619 e 1620 do processo, consta o termo de aditamento do contrato, sob o número 095/SVMA/2014, cuja prorrogação de prazo é de três meses, contados a partir de 7/5/2014. Conforme manifestação de DAF de folhas 1636, a presente proposta tem por objetivo, solicitar a utilização dos recursos do FEMA para suportar as despesas de contrato vigente, viabilizando a gestão administrativa de SVMA, em especial na contratação e prorrogação de contratos de vigilância e segurança dos parques, visando a conservação e a manutenção. Análise econômica: em folha 1625 a empresa concorda em prorrogar o contrato 053/SVMA/2011, pelo período de três meses e 24 dias. As planilhas de orçamento foram encartadas sob folhas 1626 a 1634, onde aponta ser economicamente vantajosa, a prorrogação contratual. DAF G, sob folhas 1636, solicita recursos do FEMA, no montante de R\$ 436.036,31 sendo R\$ 375.925,78 para a prorrogação contratual por três meses e 24 dias. E R\$ 60.110,53 para o reajuste, na dotação, operação, manutenção e conservação de parques. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização dos recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 436.036,31 sendo R\$ 375.925,78 para a prorrogação contratual por três meses e 24 dias. E R\$ 60.110,53 para o reajuste. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. A Comissão Técnica de Avaliação assina o presente relatório. Em votação. Os Conselheiros que concordam com a proposta, permaneçam como estão. Aprovada por unanimidade.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, queria agradecer a todos os Conselheiros e Conselheiras... Antes, tem razão, assunto para a pauta da próxima reunião. Tem alguma sugestão? Com a palavra, a Conselheira Sônia.

Cons. Sônia: Eu gostaria de solicitar para a próxima reunião, além do orçamento atualizado que a gente combinou que fosse passado logo no começo da reunião, que a gente iniciasse já, a apresentação da proposta de orçamento para 2015. Porque eu sei que essa discussão já está acontecendo, evidente. E evidentemente,



a gente não vai participar diretamente dela, porque nosso papel é outro. Mas eu gostaria de já iniciar essa apresentação com a proposta que está sendo levada, e uma agenda de pauta para esse orçamento. Quer dizer, quando que a gente vai ter o que vai para a Câmara? Inclusive com esclarecimento da possibilidade dos valores de FEMA, que podem voltar. Que todos os pareceres indicaram que, prioritariamente, as verbas deveriam ser usadas de verba orçamentária. Então, se vai existir essa possibilidade ou não, nesse esclarecimento. Eu gostaria também, de ter um esclarecimento sobre essas negociações e acertos para o descongelamento, que eu sei que também estão em andamento, e se a gente pudesse saber em que ponto que está, e o que isso, aqui, ao Conselho, nos influencia. Outra coisa que eu gostaria de pedir, se possível, é a abertura das receitas e fontes. Para que a gente entenda também, as perspectivas do futuro. Inclusive, todo o TCA do metrô, por exemplo, que eu sei que o metrô é uma fonte de TCA grande, da Linha Amarela, para mim é um mistério. E para nós ali da comunidade...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: É importante.

Cons. Sônia: Diretamente.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Certo.

Cons. Sônia: Então gostaria de fazer essa sugestão.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Já foi anotada. Cláudio, e pela Diretora do FEMA. Bianca, pediu a palavra?

Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Não. Só para te falar em que pé que estão as coisas. Nesse momento, a gente fez um pedido para a Secretaria do Planejamento deles, de investimento e despesa. É só um esboço mesmo assim, para a gente ter os parâmetros. A gente está estabelecendo hoje, os parâmetros para abrir o sistema do SOF, que é onde vai ser feita a proposta de cada Secretaria. Então eles fazem uma proposta... A gente faz primeiro os parâmetros, eles fazem a proposta, e depois reabre, para poder ajustar. Então talvez isso que você esteja pedindo, talvez só vai estar disponível em agosto.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Nós vamos providenciar. Nós vamos ver a data, e aí nós informamos para você, na próxima reunião, Sônia, está bom? Não tendo nada mais, eu dou por encerrada a 39ª Reunião Plenária Extraordinária, realizada na Secretaria do Verde, no dia 15/07. Obrigado a todos. Está encerrada a sessão.